



Relatório Anual **2008**  
**Brasil**

■ A Contribuição do IICA para  
o Desenvolvimento da Agricultura  
e das Comunidades Rurais

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2009

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF)  
no sítio Web institucional [www.iica.int](http://www.iica.int)

**Coordenação de Projeto**

Carlos Américo Basco

**Organização**

Bráulio Heinze

**Coordenação Editorial**

Fernanda Teixeira Tallarico

**Reportagem**

Fernanda Teixeira Tallarico

Rodrigo Germano Rodrigues

**Colaboração**

Maria Augusta Coelho

**Revisão**

Cecília Fujita dos Reis

**Projeto Gráfico e Diagramação**

[www.grifodesign.com.br](http://www.grifodesign.com.br)

**Fotos**

Fernanda Teixeira Tallarico

Rodrigo Germano Rodrigues

Ministério da Integração Nacional

Banco de imagens Shutterstock

---

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA

Relatório anual 2008: A contribuição do IICA para a agricultura e  
o desenvolvimento das comunidades rurais no Brasil / IICA –  
Brasília, Brasil: IICA, 2009.

63 p. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN13 978-92-9248-015-8

1. Desenvolvimento Rural 2. Agronegócio 3. Sanidade  
Agropecuária 4. Relatórios I. IICA II. Título.

AGRIS  
E14

DEWEY  
630

---

Brasília, Brasil 2009



Relatório Anual **2008**

**Brasil**

■ A Contribuição do IICA para  
o Desenvolvimento da Agricultura  
e das Comunidades Rurais

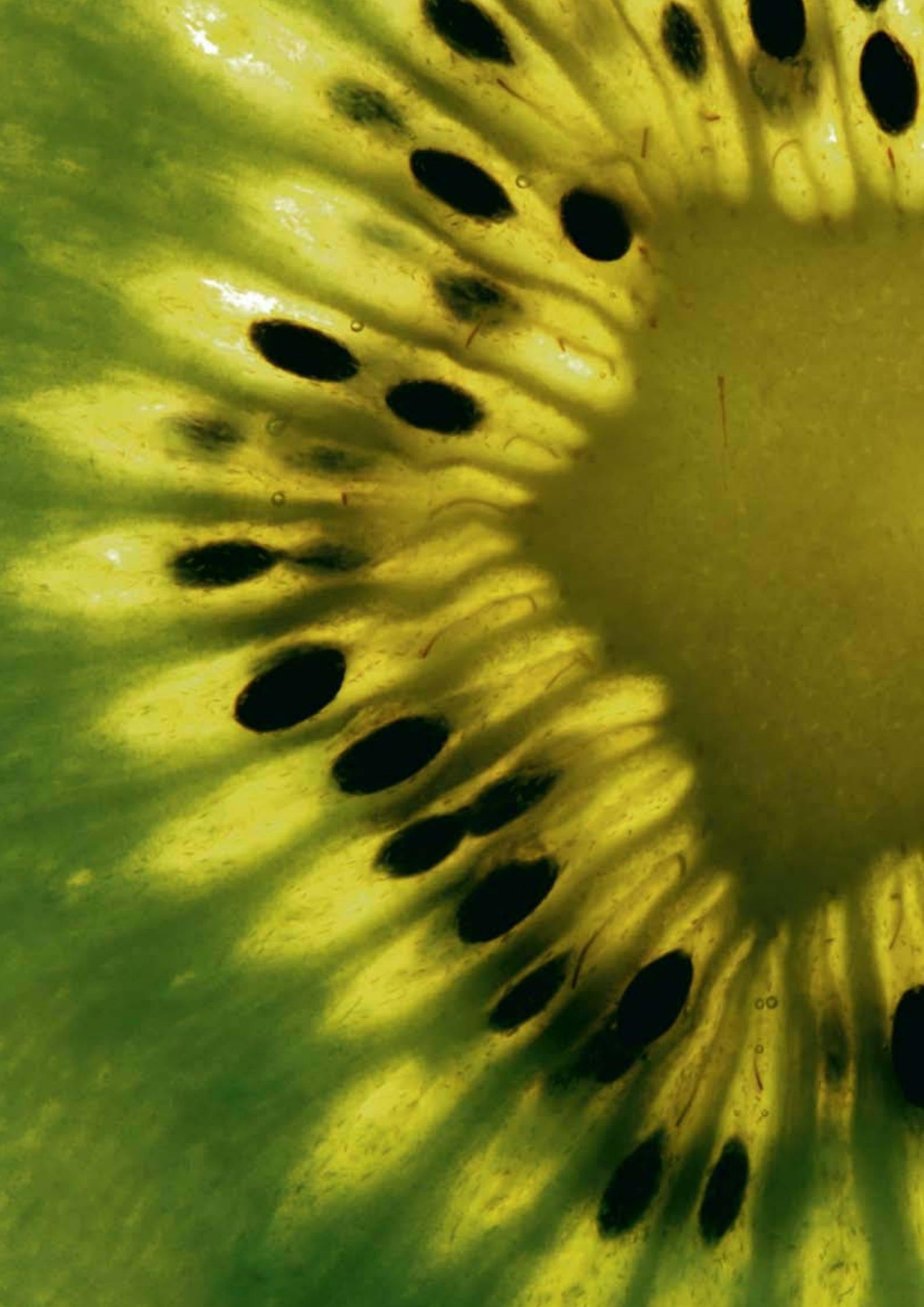


<b>1. Introdução</b>	<b>7</b>
<b>2. Resumo Executivo</b>	<b>9</b>
2.1 Resultados da cooperação técnica em 2008	9
2.1.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural	9
2.1.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios	9
2.1.3 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial	10
2.1.4 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA)	11
2.1.5 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente	12
2.1.6 Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural	12
<b>3. O estado da agricultura e a vida rural no Brasil em 2008</b>	<b>13</b>
3.1 O contexto para a agricultura e a vida rural	14
3.2 Mudanças na produção agroalimentar	16
3.2.1 Evolução dos preços agrícolas	16
3.2.2 Oferta–produção agropecuária de 2008/2009	17
3.2.3 Balança comercial do agronegócio	19
3.2.4 Comércio e negociações agrícolas	22
3.3 Mudanças nas políticas com incidência sobre a agricultura	23
3.4 Mudanças na institucionalidade para a agricultura e a vida rural	25
3.5 Principais eventos nas áreas temáticas que afetaram o desempenho da agricultura e o meio rural	27
3.5.1 Desenvolvimento rural sustentável	27
3.5.2 Agricultura orgânica	27



<b>4. Resultados da implementação da Agenda Nacional de Cooperação Técnica no Brasil durante 2008</b>	<b>31</b>
4.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural	31
4.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios	33
4.3 Fortalecimento dos sistemas de Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA)	34
4.4 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente	35
4.5 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial	39
4.6 A introdução da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e a vida rural	41
<b>5. Resultados da cooperação interagencial</b>	<b>43</b>
5.1 ILPES – CEPAL	44
5.2 CIFOR	44
5.3 OPAS	44
5.4 WWC	44
5.5 IIDAC	45
<b>6. Resultados da cooperação técnica horizontal</b>	<b>47</b>
6.1 Encontro de especialistas em desenvolvimento rural sustentável da Região Sul	47
6.2 Visita do representante e da administradora do IICA/Peru ao Brasil	48
6.3 Apoio ao Serviço Sanitário do Paraguai em ações de gestão da estratégia e ajuste final do projeto de modernização do Senave	48
6.4 Seminário para o fortalecimento da capacidade de cooperação técnica do IICA em Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)	48
6.5 Missão técnica ao Haiti	49
6.6 Capacitação internacional em gestão estratégica do desenvolvimento regional e local – Território da Trifronteira (Barracão/Paraná/Brasil – Bernardo de Irigoyen/Misiones/Argentina – Dionisio Cerqueira /Santa Catarina/Brasil)	49
<b>7. Novas oportunidades para a cooperação técnica</b>	<b>51</b>
<b>8. Atividades principais organizadas pelo IICA</b>	<b>55</b>
<b>9. Lista de publicações</b>	<b>59</b>





# 1. Introdução

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942. De acordo com a convenção vigente, os objetivos do IICA são estimular, promover e apoiar os esforços dos 34 Estados-Membros, para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural.

O IICA trabalha com base em um conjunto muito claro de princípios e objetivos estratégicos. Possui um mandato definido pela Junta Interamericana de Agricultura (JIA), composta pelos ministros da Agricultura dos Estados-Membros, e opera com base em um Plano de Médio Prazo (PMP), que reflete as tendências do setor agropecuário da América Latina e do Caribe e define as áreas programáticas para a sua cooperação técnica.

A Representação do IICA neste país conta 44 anos de trabalho, tempo em que vem acumulando e compartilhando conhecimentos e experiências em temas importantes para a agenda de desenvolvimento no hemisfério. Atua em áreas estratégicas, como promoção do comércio e da competitividade do agronegócio, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, desenvolvimento rural sustentável, manejo sustentável dos recursos naturais e capacitação no meio rural.

Trata-se de uma atuação inclusiva. Os projetos de cooperação técnica do IICA/Brasil consolidam atividades de mais de 1.000 organizações dos três setores da sociedade. A relação dá-se nos três níveis de governo da federação e objetiva, de maneira constante, a integração das comunidades participantes. É um trabalho abrangente, visto que alcança 90% dos estados brasileiros.

A Representação do IICA no Brasil tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual de suas principais realizações em 2008, ano em que obteve importantes conquistas, que ora compartilhamos com os leitores desta publicação.

O presente documento oferece uma perspectiva das atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos de cooperação técnica realizados em cada uma das áreas estratégicas do IICA, de acordo com o Plano de Médio Prazo da instituição e a Agenda Nacional de Cooperação Técnica.

Os resultados apresentados neste relatório refletem as diretrizes e as prioridades estabelecidas na Declaração de Bávaro, firmada pelos ministros da Agricultura dos 34 países-membros do hemisfério.







## 2. Resumo Executivo



### 2.1 Resultados da cooperação técnica em 2008

#### 2.1.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural

**A**o longo de 2008, a Representação do IICA no Brasil (RIB) contribuiu para o reposicionamento da agricultura e da vida rural com as seguintes publicações:

- *Alternativas de financiamento agropecuário: experiências no Brasil e na América Latina*
- *Relatório nacional da situação e das perspectivas da agricultura – 2007*
- *Revista de Cooperação Técnica da RIB* (8 números)
- *Agribusiness Alert* (46 números)
- *Boletim Agroalimentar do Cone Sul* (22 edições)
- *Informe de Agronegócio* (2 revistas)
- Versão em espanhol da *Metodologia para estudos de mercado em sistemas agroindustriais* e da *Metodologia de impactos dos projetos de cooperação técnica*

#### 2.1.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios

A RIB lançou, em parceria com seus homólogos na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai e com a Direção Regional Sul, o Centro de Referência do Agronegócio da Região Sul (Ceragro), portal virtual que tem por objetivo compartilhar conhecimentos e difundir informações sobre as melhores experiências (BPA) do agronegócio da região, as políticas e avanços na tecnologia e produção de agroenergia e biocombustíveis e outras prioridades para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural. O Ceragro comporta: um observatório dos sistemas agroindustriais, a sistematização em um espaço virtual das melhores experiências do agronegócio da região, um sistema de informação sobre os temas mais relevantes do agronegócio e um sistema de informação de estatísticas agropecuárias, além de um espaço com oportunidades de agronegócios de e para a região.

Além disso, a RIB organizou um seminário, em fevereiro, com a Coordenação de Gestão de Risco do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), empresários do setor de seguro rural e representantes do departamento de pesquisas econômicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para discutir o estado da arte do seguro agrícola e rural no Brasil e escolher os pontos relevantes, que foram priorizados, divulgados e discutidos no Seminário Riscos e Gestão do Seguro Rural, realizado em junho.

O encontro serviu para analisar a experiência e a política recente de seguro rural no país; propor soluções para aprimorá-la; promover o intercâmbio de ideias entre o setor público, seguradoras, corretores de seguro, instituições financeiras, produtores rurais, agroindústrias e acadêmicos envolvidos com a atividade de seguros agrícolas. A RIB também facilitou a participação de técnicos do governo e empresários brasileiros do ramo de seguros na reunião hemisférica da ALASA realizada no Panamá.

A RIB, o Banco do Nordeste do Brasil e empresários privados da cajucultura realizaram um estudo do sistema agroindustrial do caju em três estados do nordeste brasileiro (Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte) e aplicaram e validaram a metodologia IICA para o monitoramento dos sistemas agroindustriais.

No tocante ao fortalecimento e desenvolvimento do agronegócio nos municípios, a RIB concluiu o livro *Geração de capacidades para o desenvolvimento com enfoque nos sistemas agroindustriais: a experiência de Formosa no Estado de Goiás*. Trata-se da primeira fase de uma iniciativa do escritório que visa à aplicação em campo das lições aprendidas nos cursos de desenvolvimento que a RIB/CEPAL/Ministério da Integração promovem, com a participação direta de técnicos das áreas estratégicas junto com autoridades e empresários locais. A publicação do livro e a segunda fase, que culmina com a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Municipal com enfoque em cadeias produtivas, serão iniciadas em 2009.

### 2.1.3 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial

A RIB tem cooperado tecnicamente com o governo brasileiro na implementação da política nacional que apoia o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza rural desde uma perspectiva territorial.

Nesse sentido, o IICA e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) firmaram, em março, um novo projeto de cooperação técnica (PCT).

O PCT visa ao aperfeiçoamento das estratégias, metodologias e instrumentos de atuação da SDT para promoção do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), de responsabilidade da secretaria, e terá vigência até o ano de 2012.

Ademais a RIB, em parceria com a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem cooperado na consolidação do Crédito Fundiário como instrumento de política pública, contribuindo para a consolidação dos princípios e ações de combate à pobreza, de gestão descentralizada e de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. A cooperação técnica prestada é realizada por meio de um projeto de cooperação técnica assinado em abril de 2008 e com vigência de quatro anos.



#### 2.1.4 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem contado com a co-operação da RIB no fortalecimento e reposicionamento institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), no contexto das atividades de gestão estratégica do Ministério, mediante iniciativas e projetos orientados a fortalecer e aparelhar as áreas específicas da SDA, para o atendimento, com prontidão, das demandas da sociedade.

A RIB fortaleceu suas relações com a Agência Canadense de Inspeção de Alimentos (CFIA, em inglês), que tem capacitado o pessoal dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) nas mais avançadas técnicas e protocolos para o diagnóstico de doenças que venham a afetar o *status* sanitário do Brasil, mais especificamente, habilitando as equipes para a utilização da técnica de PCR-RT, para diagnóstico de febre aftosa e gripe aviária, fortalecendo, dessa maneira, a capacidade nacional para o diagnóstico oportuno no caso de essas doenças aparecerem nos sistemas produtivos nacionais.



### 2.1.5 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente

A RIB tem focado sua atuação no fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial das entidades nacionais responsáveis pela formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos referentes a gestão integrada de recursos naturais e desenvolvimento regional.

Dentre os resultados alcançados destacam-se a elaboração dos “Estudos de ZEE (Zoneamento Ecológico e Econômico) para Gilbués/DNOCS” e de projetos de combate à desertificação diante dos cenários de mudanças climáticas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) para a União Europeia e para a Cooperação Britânica.

Registra-se, ainda, a cooperação técnica da RIB com o Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) do Estado da Bahia, que permanece cumprindo seu objetivo de fortalecer a gestão dos recursos hídricos, por meio da consolidação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

### 2.1.6 Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural

Para dar continuidade à geração e utilização da pesquisa agropecuária com o objetivo de melhorar a competitividade e a qualidade das cadeias produtivas, a RIB, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), executou o “Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária (Agrofuturo)”.

O Programa tem por finalidade gerar e transferir conhecimento e tecnologia. Seu propósito consiste no fortalecimento das ações de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa em temas estratégicos e de sua infraestrutura física, laboratorial e de informação.

A RIB e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (SECIS/MCT) assinaram, em abril, com a chancela da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) um projeto de cooperação técnica com vigência de quatro anos.

Dentre os resultados esperados na execução do projeto destacam-se a popularização e difusão da ciência e tecnologia no espaço rural brasileiro e a utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos que favoreçam a inclusão social.



### 3. O estado da agricultura e a vida rural no Brasil em 2008



### 3.1 O contexto para a agricultura e a vida rural<sup>1</sup>

A crise mundial dos alimentos, a explosão dos custos de produção, o embargo europeu à carne bovina brasileira e a maior colheita de grãos da história foram fatos que marcaram o setor agropecuário no país em 2008.

O desafio agora é encontrar um novo modelo de financiamento para os produtores. Em relação à produção de alimentos, o ano começou com características bem diferentes das que se verificam agora, em seu desfecho.

Antes era a crise dos altos preços dos alimentos, agora é a econômica, que reduziu as fontes de crédito contratadas pelos produtores. Os custos de produção aumentaram até 50% em alguns casos, influenciados sobretudo pelos fertilizantes, que atingiram, segundo classificação de representantes do governo e do setor produtivo, preços “abusivos”.

A crise dos alimentos foi considerada a maior dos últimos trinta anos. Uma das causas seria o aumento da demanda em países asiáticos, principalmente China e Índia, onde a população passou a ter acesso a produtos pouco consumidos anteriormente, como carne.

Outras causas seriam o uso do milho para produção de etanol nos Estados Unidos, algumas secas regionalizadas, devido a mudanças no clima, e o aumento do preço do petróleo, matéria-prima usada na fabricação de fertilizantes. Estimulados pelos bons preços das *commodities* agrícolas e com condições climáticas favoráveis, os agricultores brasileiros colheram a maior safra de todos os tempos. Foram 143,2 milhões de toneladas, um incremento de 9% em relação ao ciclo anterior. Junto com os bons resultados no campo, uma conquista no Congresso: a Lei n. 11.775, sancionada em setembro, definiu as regras da maior renegociação da dívida rural já feita. Entraram no programa R\$ 75 bilhões em débitos de 2,8 milhões de contratos.

Em meio às incertezas quanto ao novo patamar de preço dos alimentos, o Brasil entrou na briga global para defender a produção de biocombustíveis a partir da cana-de-açúcar. Vários críticos argumentaram que alimentos estavam sendo usados para a fabricação do novo combustível, como é o caso do milho nos Estados Unidos, contribuindo ainda mais para a crise. Por aqui, a crítica foi em relação às condições de trabalho empregadas na colheita. No fim de novembro, foi realizada em São Paulo a 1ª Conferência Internacional de Biocombustíveis.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse estar “convencido” de que o debate internacional sobre matrizes energéticas será vencido pelos biocombustíveis. Fato marcante, ocorrido no fim de janeiro, foi a suspensão das importações de carne bovina brasileira pela União Europeia, sob alegação de falhas no sistema de rastreamento do país, que atesta a origem dos animais abatidos.

Após o reconhecimento do problema pelo Ministério da Agricultura e a adoção de medidas para resolver as deficiências, uma centena de fazendas foi autorizada a exportar para o bloco.

---

1. Fonte: Midiamax.

Atualmente, oito estados (Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul) estão aptos, reativando um comércio que em 2007 gerou US\$ 420 milhões em dividendos para o Brasil.

Depois da colheita recorde, a preparação para o plantio na safra 2008-2009 foi marcada por reivindicações dos produtores, que, devido à crise econômica mundial, deixaram de ter parte da produção comprada antecipadamente pelas *trading companies*. Esses recursos representavam um terço do financiamento da safra, complementados por empréstimos do governo e por reservas dos próprios produtores.

Com a nova crise, a incerteza, mais uma vez, sobre sua duração e o improvável retorno do capital estrangeiro ao setor agrícola no mesmo volume verificado até então, um novo desafio se apresenta: que modelo de financiamento será adotado na agropecuária brasileira? A escassez de recursos para a agricultura e tantas incertezas devem causar redução entre 5% e 10% no volume de grãos colhidos no próximo ano.

Diante da inviável manutenção do modelo atual, técnicos da área econômica já começaram a se reunir periodicamente para discutir possíveis alternativas. O setor produtivo ensaia uma proposta. Na apresentação do balanço do ano e das perspectivas para 2009, feita pela CNA, o professor da USP e consultor da entidade Guilherme Dias afirmou que “a primeira mudança deve vir do próprio produtor, que deve se apresentar como uma firma rural moderna, capaz de sobreviver aos novos desafios”.

Ele disse ainda que, sem transparência, não há como montar um seguro de produção. Expansão do seguro rural, ampliação da política de preços mínimos ou incorporação, pelo governo, da parte que era financiada pelas *trading companies*. Ninguém se arrisca a dizer qual será a saída para uma agricultura sustentável a longo prazo no país. A única unanimidade é que o modelo atual está superado.

Com tantas crises, no entanto, é possível que, até o modelo ser implantado, muitas das reivindicações apresentadas em 2008 se repitam ainda por algumas safras.

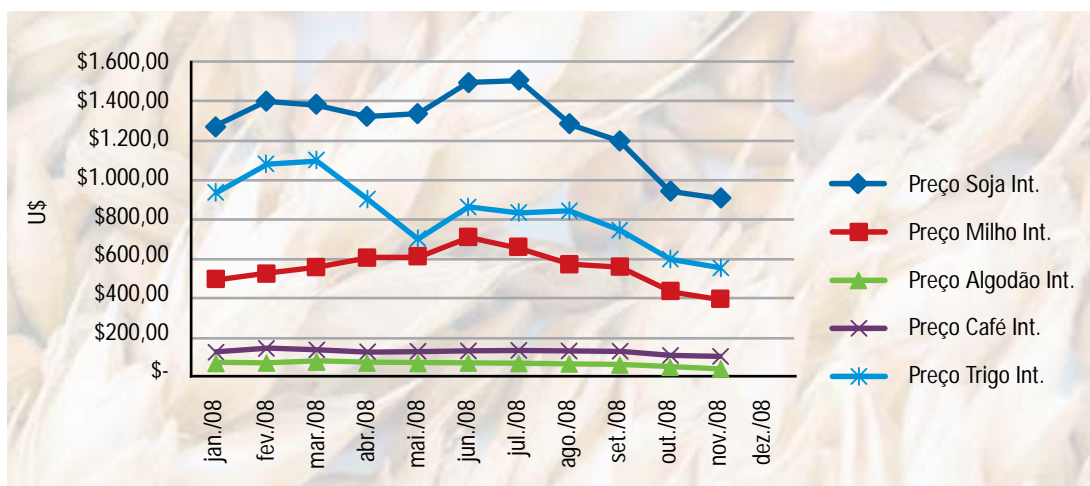


## 3.2 Mudanças na produção agroalimentar

### 3.2.1 Evolução dos preços agrícolas

A crise mundial está derrubando as cotações das principais *commodities* agrícolas.

GRÁFICO: COTAÇÕES INTERNACIONAIS DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* EXPORTADAS PELO BRASIL



Fonte: elaboração própria com base em CEPEA ESALq, CMBO, Londres e Rotterdam.

Os preços futuros também têm tendência de queda: em fins de novembro os contratos para vencimento em janeiro fecharam a menos de US\$ 9,00 o *bushel* (27,2 quilos). Investidores acreditam que a desaceleração na economia global deverá reduzir a procura por carnes e combustíveis, prejudicando diretamente os preços dos grãos destinados à produção de ração e biocombustíveis, atingindo diretamente a soja e o milho. Os preços do milho também recuaram em função da redução das compras da China, um dos maiores importadores de milho.

As cotações dos contratos futuros da soja registraram forte queda na bolsa de Chicago, porque estão sendo contaminadas pela valorização do dólar americano em relação a moedas como o euro e pela queda de outras *commodities* no mercado, inclusive não-agrícolas.

As cotações do milho, no entanto, são mais voláteis e variam conforme mudam as expectativas climáticas. Acredita-se que a chuva e a neve prejudicaram o andamento da colheita no meio oeste americano, principal região produtora de grãos do país, o que pode fazer subir as cotações dessa safra nos EEUU.

O mercado de carnes está com preços em queda por causa da crise de crédito aos russos – maiores compradores individuais da carne brasileira – o que prejudica os negócios entre Brasil e Rússia. Segundo o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Roberto Silva, em novembro, nos portos russos, havia contêineres parados, pois o país está sem recursos para quitar as parcelas restantes dos carregamentos que já foram entregues.

O café não deve ser tão afetado, por se tratar de um produto de consumo diário e baixo custo. A Organização Internacional do Café (OIC) prevê ainda que os preços do produto devem subir no médio prazo com o aumento do consumo e a menor produção do Brasil por causa da bialidade (alternância anual de alta e baixa produção).



A transmissão da queda dos preços internacionais aos preços internos, entretanto, não é total. O ritmo de queda dos preços agrícolas é menor do que a queda das *commodities* no mercado internacional. Segundo levantamentos divulgados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado, o IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários paulistas, encerrou a segunda quadrissemana de novembro com variação negativa de 1,4%, a maior baixa desde o início de outubro. No campo, mostra a pesquisa do IEA, houve quedas tanto na média do grupo composto por seis produtos de origem animal (3,41%) quanto no grupo dos 13 produtos vegetais (0,64%). Entre os produtos de origem animal, só o leite B subiu (0,23%). A maior baixa foi sentida pelos produtores de carne suína (16,67%), seguida pelos de ovos (9,23%), de leite C (7,09%), de carne de frango (1,87%) e de carne bovina (0,82%).

Em suma, as cotações das principais *commodities* agrícolas já foram atingidas pela crise. A valorização do dólar em relação ao real, que provocou o aumento da cotação em moeda nacional, não entusiasma os agricultores.

### 3.2.2 Oferta–produção agropecuária de 2008/2009

Conforme pode se ver na Tabela 1 a seguir, a produção estimada para 2008/2009 é menor que a do ano anterior, caindo de 143,8 milhões de toneladas (2007/2008) para 141,8 milhões de toneladas ou 139,7 na previsão mais pessimista. Comparativamente à safra anterior, verifica-se uma redução entre 2,9% e 1,4%.

A maior redução é observada no milho 1ª safra (2,1 a 2,9 milhões de toneladas), seguida da soja (1,6 milhão a 696,8 mil toneladas) e do caroço de algodão (274,6 a 373,5 mil toneladas).

A estimativa oficial é pior ainda: o primeiro prognóstico da próxima safra divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta queda de 3,3% na produção, que deve somar 140,8 milhões de toneladas.

A produção depende das condições climáticas durante o ciclo das culturas e da confirmação da intenção dos produtores, já que eles estão passando por uma fase restritiva de crédito, aliada ao elevado custo de produção, como se verá a seguir.

TABELA 1: PRODUÇÃO AGRÍCOLA REALIZADA EM 2008 E ESTIMADA PARA 2009

Produto	Safra 2007/2008	Previsão Safra 2008/2009 pessimista	Previsão Safra 2008/2009 otimista	Varição pessimista
Algodão-caroço	2.504,7	2.131,2	2.230,1	- 14,9
Algodão-pluma	1.602,2	1.364,9	1.428,0	-14,8
Arroz	12.059,6	12.270,6	12.478,7	1,7
Feijão total	3.522,7	3.594,2	3.521,1	0,2
Feijão 1ª safra	1.243,3	1.387,4	1.429,2	11,6
Milho total	58.622,0	54.317,3	55.210,5	-7,3
Milho 1ª safra	39.933,2	36.953,7	37.846,9	-7,5
Soja	60.017,4	58.392,1	59.320,6	-2,7
Trigo	3.824,0	5.722,2	5.722,2	49,6
Demais produtos	3.270,0	3.231,2	3.235,3	4,9
Brasil	143.820,4	139.658,8	141.833,4	-2,9

Fonte: CONAB, Levantamento: novembro/2008. Brasil – Estimativa da produção de grãos safras 2007/2008 e 2008/2009 (em 1.000 t).

Uma das mudanças mais drásticas de desempenho projetadas para a safra 2009 vai ocorrer com o milho. O produto, que na primeira safra, em 2008, havia registrado aumento de 10,6%, agora vai amargar queda de 7,5%. A queda na produção dessa cultura responderá aos altos custos de produção e à baixa cotação do produto por excesso de oferta, já que não houve concretização do volume de exportações esperado.

Um dos sinais da provável queda de produção em 2008 é a estimativa do consumo de fertilizantes, que é um dos maiores pesos no bolso dos produtores e um dos componentes da queda de produtividade. Esse consumo vem caindo por causa do alto preço dos fertilizantes, cotados em dólar, e agora mais caros devido à desvalorização do real. Para a safra de 2008/2009 devem se aplicar 8% menos de fertilizantes do que se aplicou na safra passada (diminuição de 25 milhões para 23 milhões de toneladas, o que obviamente vai se refletir numa safra menor.

Os custos estão em alta em todos os produtos e praças produtoras. Nos Estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso, a Conab calcula que os custos da soja estão, respectivamente, 25%, 14% e 34% mais altos do que na safra passada. O mesmo ocorre com os custos de milho: 22%, 9% e 3% mais altos. No algodão, para as praças de Bahia e Goiás, os custos estão 31% e 5% mais altos. Em Mato Grosso, a Conab calcula custos constantes para o algodão. Os custos do arroz no Rio Grande Sul subiram 10% neste ano. Os dados de intenção de plantio sugerem redução no uso de tecnologia e, portanto, de queda de produtividade.

O desempenho da agricultura, no entanto, dependerá da relação entre os preços das *commodities* e a taxa de câmbio no Brasil, que pode compensar em parte essa queda de preços.

A Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato) estima uma redução de 10% na área plantada com soja no estado e de até 40% no plantio do algodão. A escassez do crédito, de acordo com a entidade, acabou por reduzir ao mínimo a capacidade de investimento dos produtores. O Estado de Mato Grosso responde sozinho por

cerca de metade da produção de algodão em pluma do País. A cultura é quase integralmente financiada por operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), destinadas a exportadores e ancoradas em linhas externas que hoje se encontram suspensas.

A produção depende, além do adubo, das condições climáticas. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) previu chuvas regulares para todo o Centro-Oeste em novembro e dezembro de 2008 e janeiro de 2009, o que favorece a agricultura. Para o Mato Grosso, nesses três meses,



eram esperados 900 milímetros de precipitações, volume bastante satisfatório para essa época do ano e, é claro, para a lavoura.

Em outros estados, a situação climática não é tão esperançosa. No Rio Grande do Sul, segundo maior produtor de trigo do País, está havendo excesso de chuva na hora do plantio, o que afeta o feijão, por causa da umidade elevada, e também o arroz.

Outra indicação de que a safra deve ser menor que a anterior é dada pela indústria de sementes. Até meados de 2008, o setor esperava superar a safra do ano anterior em volume de vendas, mas o agravamento do cenário com a restrição ao crédito e a maior oferta da *commodity* no mercado interno fez o setor rever as metas e projetar uma redução de 5% até o final do plantio. Dados da Associação Paulista dos Produtores de Sementes (APPS) mostram que, até setembro de 2008, cerca de 4,17 milhões de sacos de sementes foram vendidos, número 2,2% inferior ao período anterior.

No Paraná, também se estima redução de 5,3% da área plantada em relação à safra anterior e a produção deve cair para menos de 9,2 milhões de toneladas. O problema seria também o aumento de custo dos fertilizantes e a falta de crédito.

Os efeitos da crise no setor agrícola chegam aos investimentos no campo, já que o produtor não pode deixar de plantar, mas acaba abrindo mão do uso de tecnologia, o que leva a uma redução da produtividade no campo. Por causa da queda prevista no nível de produtividade, o volume colhido deverá retroceder na próxima safra, apesar de um aumento de área estimado em 1,2%, para 47,8 milhões de hectares. O IBGE espera, para 2009, 1,2% de crescimento da área plantada no país, mas devido à queda de 7% na produção de milho a produção total cairá.

Há muitas restrições ao crédito, as *tradings* que financiavam o produtor saíram e o preço dos produtos caiu. O produtor não vai deixar de plantar, mas vai diminuir um pouco a produção.

### 3.2.3 Balança comercial do agronegócio

Conforme se pode observar na Tabela 2 a seguir, o saldo comercial continua positivo no Brasil graças ao agronegócio, cujo saldo positivo de US\$ 51,935 bilhões contrabalançou o saldo negativo gerado pela indústria e serviços (US\$ 31,090 bilhões), dando assim um saldo positivo de US\$ 20,845 bilhões. Esse saldo vem diminuindo nos últimos anos em função da sobrevalorização cambial que vem acontecendo.

Percebe-se na tabela, também, que houve um aumento significativo das importações entre 2007 e 2008, que passaram de US\$ 97 bilhões para US\$ 148 bilhões. Se não tivessem sido compensadas pelo aumento que houve, sobretudo nas exportações agrícolas, o saldo teria sido negativo.

Diante do aumento no consumo doméstico, o Brasil apresenta um dos maiores aumentos de importação entre as principais economias, com taxas duas vezes maiores que o desempenho das exportações. Em 2007, as importações brasileiras cresceram 32%. Nos dois primeiros meses de 2008, a alta foi ainda maior, e chegou a 50%. Nos últimos três meses, foi de 57%.



TABELA 2: BALANÇA COMERCIAL BRASIL – JANEIRO A OUTUBRO DE 2008 COMPARADO COM 2007

	Exportação			Importação			Saldo	
	2008	2007	D%	2008	2007	D%	2008	2007
<b>Total Brasil</b>	169.372	132.367	28,0	148.527	97.994	51,6	20.845	34.373
<b>Demais Produtos</b>	107.440	83.521	28,6	138.530	90.942	52,3	-31.090	-7.421
<b>Agronegócio</b>	61.932	48.846	26,8	9.997	7.052	41,8	51.935	41.794
<b>Participação %</b>	36,6	36,9	-	6,7	7,2	-	-	-

Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX / MDIC. **Elaboração:** CGOE / DPI / SRI / MAPA.

A estimativa para os 12 meses de 2008 em termos de exportações totais está perto dos US\$ 202 bilhões. Em 2009, a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) estima que esse total deva cair em US\$ 21,4 bilhões em função do forte recuo do preço das *commodities* no mercado internacional e da queda da demanda por manufaturados em países sul-americanos, ficando na faixa de US\$ 180 bilhões.

Alguns indicadores sobre essa queda estão confirmados, como, por exemplo, no que se refere às importações de aves e suínos para Rússia, que reduziu a cota do Brasil para 500 mil toneladas no próximo ano.

No acumulado do ano (janeiro a outubro) os embarques foram de 3,1 milhões de toneladas, mantendo crescimento (17%) em relação ao mesmo período do ano passado. A receita cambial nos dez meses somou US\$ 6 bilhões, alta de 54%. A Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef) confirmou recuo de embarques no mês de outubro e reafirmou a preocupação sobre uma possível retração externa no primeiro trimestre de 2009. Desde setembro, mercados importantes vêm comprando menos, como o Japão, cujas importações caíram 21% naquele mês.

Os exportadores aparentemente terão dificuldades de se beneficiar do aumento da cotação do dólar, porque os produtores não têm estoques para atender à demanda e, na outra ponta, enfrentam barreiras para adquirir insumos. Estima-se que 20% desses produtores ainda não haviam conseguido comprá-los até meados de outubro.

A produção também não está reagindo à altura por causa da falta de crédito, pois as *trading*s, grandes financiadoras da agricultura, já haviam diminuído a oferta de crédito e limitado a compra antecipada em razão da queda do preço das *commodities*.

Apesar da receita maior, a exportação de produtos do agronegócio recuou 21% em volume embarcado, na comparação com igual mês de 2007 (outubro). Produtos importantes na pauta de exportações, como carnes, sucos de frutas e madeira, lideram as quedas em volume. A menor oferta de crédito aos importadores internacionais e as incertezas em relação ao comportamento do consumo estão sustentando o comportamento de retração “preventiva”. Assim, para novembro, a previsão de analistas era de que a retração na balança do agrone-

gócio se mantivesse até o cenário mundial mostrar mais clareza. Os produtos de maior valor agregado devem ser os mais afetados, tais como as carnes, na avaliação de Marcos Fava Neves, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP).

As exportações brasileiras de café alcançaram uma receita de US\$ 493 milhões em outubro, aumento de 21% sobre igual período do ano passado. Em volume, os embarques atingiram 3,017 milhões de sacas de 60 quilos, elevação de 6,7% sobre outubro de 2007, segundo o Conselho dos Exportadores do Café (Cecafé).

Outro problema que o agronegócio enfrenta é a chamada escalada tarifária no comércio internacional, que por um lado permite as importações de produtos em bruto, mas, por outro, taxa fortemente os produtos processados. A China, por exemplo, só importa matérias-primas (2/3 das exportações brasileiras para o país são de soja e minério de ferro). A alíquota para entrar na China com soja em grão é zero, mas se o produto é industrializado, o imposto sobe para 30%.

O suco das frutas brasileiras teve variação 26,8% negativa ante os US\$ 245 milhões faturados no mesmo mês do ano passado.

A retração do mercado externo de suco já vinha sendo sentida antes mesmo do início da crise e, portanto, pode se agravar com ela no último trimestre do ano, por causa do alto estoque norte-americano. A Secex registrou também redução de 20,5%, no mês de outubro, na contagem do volume de suco de frutas que alcança o mercado externo.

No caso do milho, o Centro de Estudos em Economia Aplicada (Cepea) apontou a brutal diferença entre os estoques brasileiros e os dos demais países produtores do grão. Enquanto os estoques mundiais estão lá embaixo, os do Brasil são um dos maiores dos últimos anos. No agregado mundial, os estoques da safra 2008/2009 devem ficar 5,2% abaixo da média das três safras anteriores. Nos Estados Unidos, a diferença será negativa em 30%; na Argentina, de -17,3%; e na China, de -6,5%. Enquanto isso, por aqui o estoque deve ficar 145%. Desse volume, apenas 3,9 milhões foram exportados até o mês de setembro, conta que resulta em 16,8 milhões de toneladas estocadas e sem a menor garantia de alcançar o mercado externo nos próximos meses. Com tanto milho sobrando, os preços internos continuam em queda. De acordo com os números do Indicador ESALQ/BM&F-Bovespa, a baixa acumulada no mês é de 6,3%. E é essa derrocada contínua dos preços que paralisa as negociações.

O leite está em situação parecida e o governo já decidiu, por exemplo, que vai comprar parte da oferta excedente de leite.

A Conab teria reservado R\$ 1,5 bilhão para comprar até 6,65 milhões de toneladas de grãos, fibras e cereais, sendo que de milho espera comprar 4 milhões de toneladas, a um custo total de R\$ 940,1 milhões, e 1,65 milhão de toneladas de arroz, com R\$ 825,5 milhões.

O governo precisa agora garantir renda ao setor mediante a sustentação de preços e aquisições diretas para formação de estoques públicos durante a comercialização da safra.

### 3.2.4 Comércio e negociações agrícolas

Registraram-se em 2008 vários impasses nas negociações agrícolas internacionais que se resumem a seguir:

- a) Falta novo acordo sobre a distribuição das cotas de cortes de frango salgado brasileiro destinados ao mercado comunitário. O impasse em torno da distribuição dessas cotas arrasta-se há meses e tornou-se o principal contencioso comercial bilateral. A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF) decidiu pleitear o impasse com a União Europeia em torno das cotas para as vendas de cortes de frango salgado do país para o bloco com tarifa mais baixa. As 18 empresas que fazem parte da entidade concordaram em não aceitar a contraproposta da UE sobre a distribuição das cotas para o comércio do produto.
- b) Escalada tarifária da China em produtos processados. Inicialmente, a China importava óleo de soja do Brasil. Hoje importa o grão e o industrializa. Acontece o mesmo com o café solúvel. Frangos e a carne suína do Brasil são proibidos de entrar na China. As negociações se arrastam desde outubro de 2004. O déficit comercial do Brasil com a China, de US\$ 2 bilhões, deve aumentar no ano que vem, com a queda nos preços internacionais da soja e do ferro. Quase 100% das exportações chinesas ao Brasil são de produtos industrializados, mas a China só importa matérias-primas (2/3 das exportações brasileiras para o país são de soja e minério de ferro). Outro produto brasileiro que é barrado na China é o álcool. No mês passado, uma missão da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) esteve em Pequim para tentar convencer as autoridades chinesas das vantagens do bio-combustível brasileiro. O Brasil não exporta álcool para a China. Na atual política chinesa, o produto brasileiro seria taxado com 30% de imposto de importação, 17% da versão local do ICMS e 5% por uma taxa de consumo, o que inviabiliza a entrada.
- c) Subsídios americanos: não se visualizam perspectivas de diminuição das taxas sobre a importação do etanol brasileiro (sobretaxa de US\$ 0,54 por galão), nem de diminuição dos subsídios aos produtores que foram aumentados na Farm Bill 2008. A carne bovina também tem barreiras comerciais, tanto tarifárias como técnicas, dos Estados Unidos. A carne bovina *in natura* não é autorizada a entrar naquele país, com argumento de risco sanitário.
- d) Rodada de Doha: proposta do Brasil de eliminação dos subsídios a exportação da União e de diminuição dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos. A Rodada Doha, de liberalização comercial entre os sócios da OMC, está na etapa de modalidades, na qual os países decidirão as fórmulas para reduzir tarifas, subsídios que distorcem o comércio e outras barreiras comerciais. Desde julho, houve um impasse na discussão, e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, diz ver ainda uma possibilidade de retomar as discussões para um acordo.
- e) Exigências ambientais da União Europeia (UE): O Brasil e sete outros países emergentes vão fazer uma queixa oficial contra a UE por causa das exigências ambientais que o bloco pretende implementar para a exportação do etanol, e ameaçam levar o caso aos tribunais da Organização Mundial de Comércio (OMC). O grupo alega que as barreiras que estão

sendo preparadas na UE são “injustas” e congelariam o aumento da produção na América do Sul e na África. Pela proposta europeia, a expansão do etanol no Brasil não poderia ocorrer nem no cerrado nem nas matas. Segundo o Itamaraty, a nova lei impediria a ampliação das áreas de cultivo de cana. O grupo formado por Argentina, Colômbia, Malawi, Moçambique, Serra Leoa, Indonésia, Malásia e Brasil – conhecido informalmente como a Opep dos Biocombustíveis, já que reúne os maiores produtores mundiais – vai entregar uma carta à comissão europeia



sugerindo que o bloco não siga adiante com seu projeto. A ameaça vem em um momento de definição da política ambiental europeia. O bloco debate há um ano a criação de um selo ambiental para garantir que o etanol que entrar em seu mercado seja “ecologicamente correto”. Os critérios são que o biocombustível contribua para a redução de emissões de CO<sub>2</sub> e não destrua áreas de florestas. O Itamaraty alega que parte da proposta é justificável. Mas se nega a aceitar a proposta de que as áreas de produção sejam limitadas. Na prática, a lei permitiria que apenas zonas no Rio Grande do Sul plantassem cana.

- f) Cotas de carnes da Rússia: a Rússia volta a privilegiar Estados Unidos e União Europeia e novamente discrimina o Brasil na concessão de cotas para carnes em 2009. Dentro das cotas, os produtos entram no mercado russo pagando tarifas menores. Do volume total da cota de carne de frango, a Rússia reserva 74% para os EUA e 19,5% para a UE. Para outros países, a fatia é de 5%. No caso da carne de porco, de especial interesse do país, a UE pega 60% da cota.

### 3.3 Mudanças nas políticas com incidência sobre a agricultura

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2007/2008 dá continuidade ao compromisso do governo de apoiar o setor agropecuário no cumprimento de suas funções tradicionais de abastecimento do mercado interno, expansão das exportações e geração de emprego, divisas e energia. Nesse sentido, apresenta uma sinalização segura quanto ao direcionamento da política agrícola para o próximo ano-safra e define os principais objetivos a serem alcançados:

- reduzir os custos dos financiamentos agrícolas;
- fortalecer a média agricultura;
- reduzir a necessidade de intervenções pontuais e casuísticas do governo, sobretudo em situações de crise;
- contribuir para a estabilidade da renda agrícola;
- conferir maior estabilidade às normas gerais dos instrumentos de política agrícola.



A exemplo do ocorrido em anos anteriores, o governo intensifica seus esforços no sentido de aprimorar seus instrumentos de política de apoio ao setor e, sempre que necessário, amplia esse apoio em níveis satisfatórios ao atendimento daqueles objetivos, assegurando a continuidade do desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira. Assim, as principais medidas adotadas são as seguintes:

- aumentar a oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural;
- reduzir taxas de juros;
- ampliar os limites do crédito rural por tomador;
- ampliar a utilização dos instrumentos privados de crédito;
- intensificar o apoio à média agricultura;
- garantir recursos para equalização do Prêmio do Seguro Rural;
- continuar o esforço de consolidação do Seguro Rural;
- encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei de criação do Fundo de Catástrofe;
- garantir recursos para o apoio à comercialização antes e após o plantio;
- estimular as operações de *hedge*.

A adoção dessas medidas, sobretudo as referentes ao aumento no volume de recursos e a redução de taxas de juros, terá ampla repercussão em termos de modernização do setor e elevação da renda do produtor rural.

O Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 (PAP 2007/2008) apresentou uma agenda de trabalho com pontos considerados prioritários para que o agronegócio brasileiro permaneça competitivo dentro e fora do país. Muitos desses pontos foram contemplados no PAP 2007/2008, outros dependem de estudos, diagnósticos e decisões, mas as diretrizes foram traçadas para que se trilhe o caminho planejado.

A defesa sanitária animal e vegetal é uma dessas prioridades. Afinal, o Brasil vem perdendo anualmente bilhões de reais por falta de um bom controle sanitário, seja na febre aftosa, na brucelose ou na tuberculose que afetam os rebanhos. Só na última safra, na área vegetal, a ferrugem asiática da soja gerou um prejuízo de R\$ 2,2 bilhões. Há ainda pragas como o bicudo, do algodão, a peste suína africana, a vassoura-de-bruxa, no cacau, e a *sigatoka* negra, na banana.

No que se refere à infraestrutura logística, é imprescindível que a Região Centro-Oeste, onde se localiza a maior parcela da produção de grãos e carnes, receba um tratamento diferenciado. São necessários investimentos nas rodovias, hidrovias, ferrovias e nos portos, além de reforma no sistema de serviços de cabotagem.

A importância econômica e social da fruticultura brasileira é inquestionável. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas frescas e na conquista de espaços em novos mercados no exterior.

A agroenergia é uma aposta do governo federal em um novo vetor de desenvolvimento socioeconômico para o meio rural brasileiro. Para isso, foram criadas linhas de crédito para a produção de matérias-primas e para a implantação de unidades industriais de processamento.



Também estão sendo priorizados os investimentos em estudos técnicos, como o zoneamento agrícola da cana-de-açúcar, do eucalipto e de diversas oleaginosas, além do fortalecimento das ações de apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural.

O Programa de Desenvolvimento da Agroenergia, como um dos programas estratégicos que integrarão o Plano Plurianual de 2008 a 2011, contempla um conjunto de ações que busca a sintonia entre o fortalecimento da pesquisa, a difusão de tecnologias, a capacitação de agricultores e a parceria estratégica com governos de outros países, no sentido de compartilhar a experiência brasileira, cuja parceria externa é fundamental para a construção do mercado internacional para biocombustíveis. Além disso, deverá constituir grande oportunidade para a venda de equipamentos, de tecnologias e de serviços. O esforço integrado será fundamental para que o Brasil consolide sua posição de vanguarda e liderança na produção e uso de fontes renováveis de energia, nos quais a agricultura se destaca.

O governo, para atenuar os efeitos da crise, aumentou a liberação de crédito rural em R\$15 bilhões e decidiu prorrogar o prazo de pagamento de impostos. As empresas terão mais dez dias para pagar um montante de R\$21 bilhões em impostos. No caso do PIS e da Cofins, o período aumentou em cinco.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) suspendeu, por um ano, a aplicação de antidumping sobre as importações brasileiras de nitrato de amônio da Rússia e Ucrânia. A decisão é para reduzir o custo dos fertilizantes.

Um dos temas que o governo vai ter que enfrentar é a desburocratização da concessão de lavras por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que demora até 15 anos para liberar essas concessões, inviabilizando os investimentos.

### 3.4 Mudanças na institucionalidade para a agricultura e a vida rural

No bojo dos processos de redemocratização vivenciados pela maioria dos países latino-americanos ocorreu o fortalecimento de novas institucionalidades, ou seja, novas formas de organizações que não são governamentais, porém executam variadas e múltiplas atividades políticas, culturais e socioeconômicas de caráter público.

Na prática, o que se observa é o surgimento e a proliferação de organizações de base e colegiados (conselhos, fóruns e outros) municipais, territoriais e estatais que constituem instâncias de governança e gestão social, não necessariamente fundamentadas em normas legais, porém legitimadas pelas organizações da sociedade civil.

Essas iniciativas convivem, e muitas vezes interagem, com entidades governamentais dos distintos níveis político-administrativos, juridicamente estabelecidos nas respectivas Constituições de cada país para gerir suas políticas públicas.

Esse processo redundou no fortalecimento do capital social dos territórios e, por consequência, no empoderamento de suas organizações para o maior controle social das políticas públicas.

A convivência e a interação dessas duas esferas de governança dão origem, em muitos lugares, a diferentes modelos de gestão compartilhada, que redefine o papel do Estado e suas relações com os atores sociais.

Análises fundamentadas apontam para um fato: as políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil ou foram insuficientes ou não pretendiam mesmo generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro. A maior evidência é o aumento da pobreza e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas.

Mesmo com avanços em espaços conquistados pelos movimentos sociais, os resultados ainda estão muito aquém das necessidades. Alguns poucos resultados ainda podem ser considerados restritos a determinadas regiões ou setores. As assimetrias quanto às oportunidades de desenvolvimento ainda produzem, no meio rural, o maior contingente de pobres e de excluídos.

Persistem os problemas de má distribuição da renda e as limitações de acesso a ativos produtivos e a serviços de apoio à produção. Para enfrentar as assimetrias que persistem nos níveis de desenvolvimento de vastas camadas sociais e de diversas regiões brasileiras, mudanças substanciais deverão ocorrer no escopo e na forma de encarar o desafio de resgatar, da pobreza e do abandono, a vasta população que atualmente enfrenta os velhos problemas que sempre assolaram o meio rural brasileiro. Mudanças essenciais deverão ser assumidas pelos formuladores e operadores das políticas públicas, o que significa, fundamentalmente, reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também de compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão.

No entanto, para ser valorizado, o rural precisa cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus recursos e da geração de riquezas, o que somente será viável se forem compreendidos e dinamizados seus próprios recursos humanos e naturais; se forem incorporados elementos da ciência, na forma de tecnologias ambientalmente amigáveis; se forem articuladas as suas interações com os demais setores econômicos; se o seu capital social se desenvolver e, com ele, as pessoas encontrarem melhores oportunidades de bem-estar e de dignidade.

Apesar das evidentes diferenças, o “rural” e o “urbano” não constituem mais dois mundos isolados. Em boa parte do Brasil, as comunidades rurais e urbanas estão intimamente associadas em termos de causas e efeitos de diversos problemas sociais, econômicos e ambientais. Seria sensato inferir que essas comunidades também estariam solidárias quanto às possibilidades reais de enfrentá-los. Concretamente, qualquer proposta inovadora que busque estimular o desenvolvimento sustentável deve enfatizar complementaridades, interdependências, coincidências e agendas comuns desses dois lados de uma mesma moeda.

## 3.5 Principais eventos nas áreas temáticas que afetaram o desempenho da agricultura e o meio rural

### 3.5.1 Desenvolvimento rural sustentável

#### *Programa Territórios da Cidadania*

Trata-se de uma iniciativa que coordena as ações de 19 ministérios, atingindo cerca de dois mil municípios em 2008/2009 e uma população de quatro milhões de famílias. Sua execução se realiza por meio da implantação de cerca de 130 diferentes ações públicas federais, em parceria com os governos estaduais e municipais e as organizações da sociedade civil. Para isso tomaram por base os territórios de identidade, constituídos a partir do programa administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

O programa se propõe a efetivar uma harmoniosa convivência e interação das distintas esferas de governança, públicas e privadas, que, em muitos territórios, dão lugar a diferentes modelos de gestão compartilhada, nos quais se redefinem os papéis do Estado e das organizações da sociedade e se constroem novas formas institucionais para a gestão social.

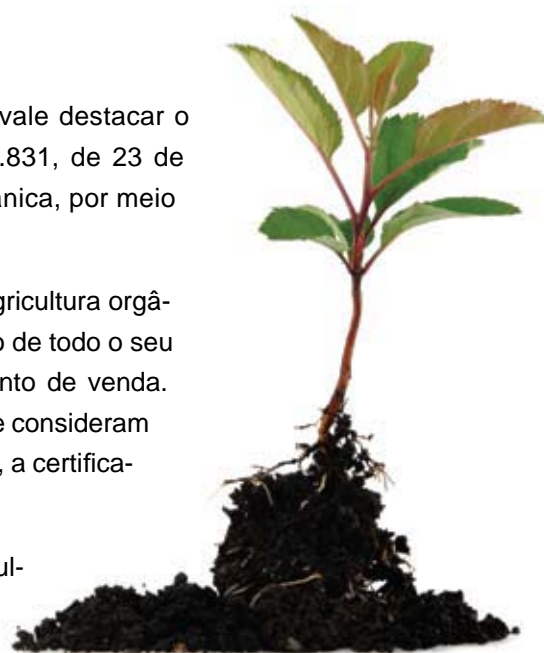
Existem atualmente 60 territórios da cidadania, selecionados a partir dos territórios de identidade que representam 958 municípios (17% do total do País), envolvem 350 comunidades quilombolas (37% do total do País) e 149 terras indígenas (25% do total do País). Representam, ainda, 23,9 milhões de habitantes (14% do total do País), sendo que 7,8 milhões estão no meio rural (27% do total do País), 1 milhão são famílias de agricultores familiares (24% do total do País), 319,4 mil são famílias de assentados de reforma agrária (40% do total do País), 2,3 milhões são famílias beneficiadas com o Bolsa Família (21% do total do País) e 127,1 mil famílias de pescadores (33% do total do País).

### 3.5.2 Agricultura orgânica

No que se refere ao tema da agricultura orgânica, vale destacar o impacto ao setor com a regulamentação da Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, por meio do Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

Nesse contexto, desde 27 de dezembro de 2007, a agricultura orgânica no Brasil passou a ter critérios para o funcionamento de todo o seu sistema de produção, desde a propriedade rural ao ponto de venda. Essas regras estão expressas no Decreto n. 6.323/2007 e consideram a produção, o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a certificação, a comercialização e a fiscalização dos produtos.

Atualmente, há 15 mil produtores atuando com agricultura orgânica numa área estimada de 800 mil hectares.



## O Projeto São José e o apoio à agricultura familiar

O Projeto São José é uma ação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) do Ceará, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Tem por objetivo melhorar as condições de vida da população pobre da área rural do Estado; descentralizar o processo de tomada de decisão; melhorar os mecanismos para intensificar o atendimento aos segmentos mais pobres do meio rural; fornecer apoio financeiro não reembolsável às comunidades rurais e estimular a participação dos beneficiários, por meio da mobilização de recursos próprios. Constitui-se no principal instrumento de ação para o fortalecimento do semiárido no Estado do Ceará.



Investe em infraestrutura socioeconômica básica, apoiando os pequenos produtores e grupos comunitários, utilizando suas próprias associações representativas e criando oportunidades de geração de emprego e renda no meio rural.

É dividido em quatro componentes: Agrário – que apoia os assentamentos estaduais e federais; Infraestrutura – focado no abastecimento de água; Produtivo – para fortalecer arranjos produtivos locais; e Inclusão Social e Meio Ambiente – com foco em etnias, gênero, geração e meio ambiente.

Atua em 177 dos 184 municípios do Ceará, priorizando os 40 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Com investimento de mais de R\$ 226 milhões, beneficia diretamente 350 mil famílias, correspondentes a 70% da população rural do Estado.

O projeto tem como estratégia básica a participação ativa nas comunidades, por meio da promoção do acesso dos agricultores às atividades de geração de emprego e renda, contribuindo para a redução da pobreza rural cearense, com inclusão e justiça social.

Os resultados alcançados apontam para uma maior organização das comunidades, conscientização e participação popular nas decisões, principalmente em relação à aplicação dos recursos.

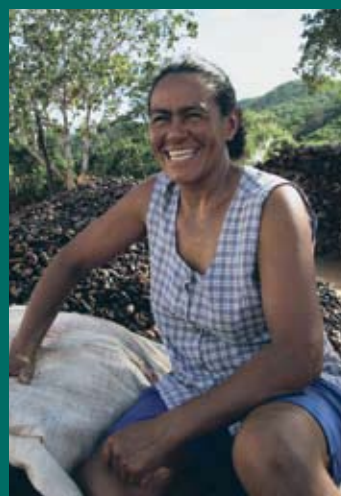
Barreira, no Ceará, foi um dos municípios beneficiados pelo Projeto São José. A população é de 18 mil habitantes e corresponde a uma das regiões mais pobres do Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o apoio do São José, o município fundou, na década de 1980, a primeira associação de produtores de castanha de caju e implementou o Programa de Apoio Rural (PA Rural).

Em 1999, iniciou-se o processo de montagem de oito minifábricas e trinta microunidades familiares de processamento da castanha e a melhoria técnica na plantação de cajueiros. Houve a primeira exportação de castanha de caju de Barreira, antes vendida como matéria-prima.

Em 2004, já eram exportadas 100 toneladas de castanha por mês, um valor estimado de US\$ 80 mil.

O Brasil processa cerca de 250 mil toneladas de castanha de caju por ano, sendo o Ceará o estado com maior produção, seguido do Piauí e do Rio Grande do Norte.





## 4. Resultados da implementação da Agenda Nacional de Cooperação Técnica no Brasil durante 2008

### 4.1 Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e da vida rural

Com o objetivo principal de ampliar a contribuição ao governo brasileiro no desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais, a Representação do IICA no Brasil (RIB) alcançou importantes resultados no ano de 2008.

Ao longo desse ano, a Representação do IICA no Brasil (RIB) contribuiu para o reposicionamento da agricultura e da vida rural com as seguintes publicações:

- *Alternativas de financiamento agropecuário: experiências no Brasil e na América Latina*
- *Relatório nacional da situação e das perspectivas da agricultura – 2007*
- *Revista de Cooperação Técnica da RIB (8 números)*
- *Agribusiness Alert (46 números)*
- *Boletim Agroalimentar do Cone Sul (22 edições)*
- *Informe de Agronegócio (2 Revistas)*
- *Versão em espanhol da Metodologia para estudos de mercado em sistemas agroindustriais e da Metodologia de impactos dos projetos de cooperação técnica.*

Em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI) e com o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), a RIB realizou, no âmbito da cooperação técnica, cinco cursos internacionais de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Local e Regional, que capacitou agentes públicos para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento local e regional.

No âmbito de alianças estratégicas com instituições de cooperação técnica e de financiamento internacionais, visando potencializar impactos da cooperação, a RIB elaborou a Plataforma de Organismos Internacionais em temas de combate à desertificação: IICA, GTZ, FAO (oportunidade para incrementar a ação conjunta FAO/IICA), PNUMA, PNUD, Mecanismo Mundial.

A RIB e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) promoveram, em março, uma oficina na qual apresentaram suas modalidades e estratégias de cooperação técnica sobre o tema da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos a parceiros e instituições nacionais.

Ainda em cooperação com a OPAS/OMS, a Representação apoiou a realização da 15ª Reunião Interamericana em Nível Ministerial sobre Saúde e Agricultura (RIMSA 15), no Rio de Janeiro, para debater o tema “Agricultura e saúde: aliança pela equidade e o desenvolvimento rural nas Américas”.

A RIMSA é um fórum político continental de alto nível, que reúne ministros de Saúde e Agricultura dos países das Américas e que propõe a colaboração entre esses setores, a fim de gerar alinhamentos políticos sobre saúde animal e zoonoses, e promover intercâmbio de conhecimentos e experiências acumulados no continente, referentes aos programas de prevenção e controle sanitário, projetos de erradicação de febre aftosa, proteção de alimentos e enfermidades emergentes.

Em abril, a RIB promoveu a Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Diretores, coordenadores e técnicos de Projetos de Cooperação Técnica (PCTs), representantes de instituições parceiras e especialistas do Instituto participaram do encontro. A Reunião de Intercâmbio possibilitou a troca de informações, a articulação de ações de cooperação horizontal, com foco na integração de políticas públicas e a apresentação de produtos obtidos no âmbito de diferentes projetos. A reunião foi o primeiro passo para conhecer todas as ações do Instituto no País. O compartilhamento das experiências de distintas instituições possibilitou o conhecimento dos resultados, desafios e impactos da cooperação técnica internacional.

Em dezembro, a RIB participou de missão técnica no contexto da cooperação bilateral Brasil-Haiti, que teve como foco a revitalização de fazenda do governo haitiano para estabelecer unidade de pesquisa e demonstração em *Fond dès Nègres*.

Além do IICA no Brasil, participaram da missão integrantes do IICA no Haiti, do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR), da Embaixada do Brasil no Haiti, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A abrangência da missão técnica em apreço alcança temas relacionados com o cultivo, a engenharia e o fortalecimento institucional da unidade de pesquisa e demonstração de *Fond des Nègres*.

O Ministério da Integração Nacional (MI), em parceria com o IICA, realizou, nos dias 3 a 5 de dezembro, em Brasília, DF, o Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no Mercosul e na União Europeia (UE).

Um dos objetivos do Congresso foi discutir a gestão de políticas regionais no contexto da integração econômica, analisando as experiências do Mercosul e da UE.



## 4.2 Promoção do comércio e a competitividade dos agronegócios

Em 2008, a Representação do IICA no Brasil lançou, em parceria com seus homólogos na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, o Centro de Referência do Agronegócio da Região Sul (Ceragro), portal virtual que tem por objetivo compartilhar conhecimentos e difundir informações do agronegócio e prioridades para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural.

Assim, com a conclusão do Portal Piloto no Brasil, consolidou-se a primeira fase do Ceragro e iniciou-se a negociação com os países da Região Sul para a avaliação das experiências nacionais, utilizando as lições apreendidas do projeto piloto e o estado da arte dos agronegócios nesses países, com a finalidade de construir o Ceragro Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, junto com os escritórios do IICA nesses países, para concretizar o projeto do Portal Regional do Agronegócio.

Em fevereiro de 2008, a RIB, a Coordenação de Gestão de Risco do MAPA e representantes do departamento de pesquisas econômicas da Unicamp reuniram-se para discutir o estado da arte do seguro agrícola e rural no Brasil e escolher os pontos relevantes que foram priorizados, divulgados e discutidos no Seminário Riscos e Gestão do Seguro Rural no Brasil, realizado em junho.

As lições apreendidas durante o seminário, centradas na experiência brasileira, abriram as discussões para a realização de um encontro regional que terá como objetivo fundamental compartilhar as experiências e reforçar a cooperação horizontal mediante o intercâmbio das melhores práticas, políticas e ações normativas dos países participantes do encontro. Além disso, foi proposta, no encontro de São Paulo, a incorporação de empresários, corretores e agentes de seguro dos países que participaram do seminário internacional.

A partir do Estudo da Cadeia Produtiva da Castanha de Caju, realizado pelo IICA e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em três estados da Região Nordeste, se depreende a relevância do conhecimento e avaliação, para fins de políticas setoriais, das margens de comercialização e das relações que os agentes da cadeia estabelecem em suas transações, dando ao setor público melhores condições para arbitrar os conflitos e formular políticas, informações, que, para o Banco do Nordeste, serão importantes para a geração de conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas agroindustriais e dos mercados relacionados à cajucultura.

A validação da metodologia de monitoramento dos sistemas agroindustriais ou cadeias produtivas utilizará os produtos e resultados da discussão em futuras pesquisas, já definidas, sobre outros sistemas agroindustriais do agronegócio brasileiro.



### 4.3 Fortalecimento dos sistemas de Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem contado com a cooperação da RIB no fortalecimento e reposicionamento institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), no contexto das atividades de gestão estratégica do Ministério, mediante iniciativas e projetos orientados a fortalecer e aparelhar as áreas específicas da SDA, para o atendimento com prontidão das demandas da sociedade.

A RIB fortaleceu suas relações com a Agência Canadense de Inspeção de Alimentos (CFIA, em inglês), que tem capacitado o pessoal dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) nas mais avançadas técnicas e protocolos para o diagnóstico de doenças que venham a afetar o *status* sanitário do Brasil, mais especificamente, habilitando as equipes para a utilização da técnica de PCR-RT, para diagnóstico de febre aftosa e influenza aviária, fortalecendo, dessa maneira, a capacidade nacional para o diagnóstico em tempo hábil no caso de essas doenças aparecerem nos sistemas produtivos nacionais.

A RIB trabalhou intensamente no desenvolvimento e adaptação da série de rádio “Mas vale prevenir... Uma decisão inteligente” e do vídeo “Gripe Aviária, a prevenção é possível”, para difusão em massivos meios de comunicação. Direcionados para o pequeno produtor de aves, esses materiais são de vital importância para a prevenção e a detecção da influenza aviária, caso ela venha a acontecer dentro do território nacional.

Em agosto, a RIB recebeu representantes do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes do Paraguai (Senave, sigla em espanhol), para uma série de reuniões voltadas para ações de modernização daquela autarquia paraguaia. As atividades envolveram ações relacionadas com a revisão final do projeto de modernização do Senave, bem como a complementação da capacitação em gestão estratégica iniciada no mês de fevereiro naquele país.

A visita fez parte do apoio do IICA a processos de modernização de serviços sanitários e de inocuidade de alimentos, por meio de ação de cooperação entre os escritórios do Brasil e do Paraguai.

No segundo semestre de 2008, a RIB, por intermédio do Centro de Educação a Distância (Cecadi) e da Direção-Geral de Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos do IICA, editou três cursos a distância, por meio de videoconferências, sobre os processos normativos das denominadas três Irmãs (OIE; CIPF e *Codex Alimentarius*), como parte do programa para incentivar e promover a participação ativa dos países de LAC dentro desses órgãos normativos, assim como na OMC. A RIB contou, nas três ocasiões, com uma ampla participação dos governos federal e estaduais, assim como das organizações do setor privado.

No âmbito regional, a RIB tem dado grande apoio à execução e coordenação de ações e tarefas previstas no “Projeto Regional para o Fortalecimento dos Sistemas Nacionais para Prevenção e Controle da Influenza Aviária e outras Doenças Transfronteiriças”, que visa fortalecer as estruturas regionais relativas à defesa sanitária animal.

Mediante a busca e formação de parcerias para promover a cooperação horizontal entre países, o IICA Brasil e o IICA Paraguai estão viabilizando e coordenando a capacitação de técnicos de laboratório do Senacsa do Paraguai na rede de laboratórios Lanagros, na área de detecção de resíduos em produtos e subprodutos de origem agropecuária.

No âmbito da cooperação interagencial, o IICA Brasil deu apoio técnico-operativo à Panafosa/OPAS-OMS para realização da XV Reunião Interamericana de Nível Ministerial sobre Saúde e Agricultura (XV RIMSA), realizada em junho de 2008 na cidade do Rio de Janeiro. Acompanhou, também, a realização da 35ª Reunião Ordinária da Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa) e tem, ainda, acompanhado as missões conjuntas que foram determinadas nessas reuniões para avaliação e levantamento de necessidades de cooperação para lograr a erradicação da febre aftosa no Equador e na Venezuela.

Uma parceria entre a RIB, o Centro de Controle de Zoonoses da Universidade de São Paulo, o Centro Pan-Americano de Luta contra a Febre Aftosa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vem trabalhando intensivamente para o fortalecimento da rede de laboratórios de diagnóstico de raiva no Brasil.

#### 4.4 Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente

A RIB tem focado sua atuação nessa temática, no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial das entidades nacionais responsáveis pela formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos no tema de gestão integrada de recursos naturais e desenvolvimento regional.

Dentre os resultados alcançados destacam-se a elaboração dos “Estudos de ZEE (Zoneamento Ecológico e Econômico) para Gilbués/DNOCS” e de projetos de combate à desertificação ante os cenários de mudanças climáticas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) para a União Europeia e para a Cooperação Britânica.

A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA), em parceria com a RIB, promoveu, em maio, o I Seminário Nacional de Combate à Desertificação, em Brasília, DF.

O encontro promoveu a ampliação da participação e mobilização social para a análise e revisão de políticas públicas, programas e projetos de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.

Além da avaliação da implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil), foram discutidas estratégias para adequar o programa às novas realidades do semiárido no contexto das mudanças climáticas.

Em 2008, a RIB lançou o CD “Memória e Acervo”, uma versão eletrônica de textos técnicos e estudos elaborados pelos autores que colaboraram com o Projeto Áridas.



O resgate desse acervo e sua consolidação e disponibilização para a comunidade técnico-científica e acadêmica representa um esforço considerável para a preservação da memória do Áridas, que contou com o apoio dos seus autores originais, sejam especialistas individuais ou instituições.

Ainda no âmbito da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA), a RIB apoiou o II Seminário Luso-Brasileiro sobre Agricultura Familiar e Desertificação (II Semiluso), em João Pessoa, Paraíba.

O evento teve como objetivo envolver pesquisadores e sociedade na discussão sobre questões relativas à agricultura familiar e desertificação nos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), promover o intercâmbio de experiências exitosas de convivência com a seca e de combate à degradação das terras, além de construir uma rede capaz de permitir a troca de informações.

O II Semiluso é um dos desmembramentos do Projeto de Pesquisa sobre Agricultura Familiar, Emprego e Renda em regiões com risco de desertificação desenvolvido por uma equipe de professores-pesquisadores da UFPB-Brasil, da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde, com o apoio do CNPq.

A RIB, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), também apoiou a Embrapa Semi-Árido, Embrapa Informática Agropecuária e o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD) na promoção I Simpósio sobre Mudanças Climáticas e Desertificação no Semi-Árido Brasileiro, em Petrolina, Pernambuco.

Cerca de 200 especialistas do Brasil e do exterior debateram a extensão de mudanças climáticas e as ações de pesquisa e desenvolvimento necessárias para atenuar seus efeitos.

A RIB apoiou a organização da Iniciativa Latino-Americana de Ciência e Tecnologia de Combate à Desertificação, em Salvador, BA. Evento que reuniu pesquisadores de 23 países latino-americanos e do Caribe para apresentar e discutir tecnologias de combate à desertificação.

No evento, ficou definido que a Iniciativa Latino-Americana será a instância de decisão sobre ciência e tecnologia na região e servirá de instrumento para implementação da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD, sigla em inglês).

A proposta dessa Iniciativa, além de mobilizar e articular a comunidade científica latino-americana, é conhecer as pesquisas geradas, as tecnologias e as experiências que estão sendo usadas para melhorar a formulação e implementação de estratégias e políticas públicas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca nesses países.

Numa iniciativa conjunta do IICA com o Ministério da Integração Nacional (MI), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais (LSIE) da Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Secretaria de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos da Bahia (SEMARH-BA) e a ONG internacional *The Nature Conservancy* (TNC), iniciou-se em julho de 2008 a execução do plano de trabalho “Geoprocessamento e Cadastramento do Oeste Baiano”, que tem como objetivo elaborar a base cartográfica, o mapeamento do uso

do solo e o cadastramento das propriedades rurais no Oeste Baiano, utilizando técnicas de processamento digital de imagens de sensoriamento remoto. O plano de trabalho busca a integração das instituições parceiras no desenvolvimento de um protocolo comum que permita integrar e associar informações que descrevam a dinâmica de ocupação e o grau de conservação ambiental da bacia.

Seguindo as premissas de conservação no bioma Cerrado, bem como a intervenção em áreas de expansão da fronteira agrícola, o oeste do Estado da Bahia é uma região prioritária para ações conservacionistas. Essa área corresponde às bacias hidrográficas de tributários da margem esquerda do Rio São Francisco, onde está a maior expansão das atividades agrícolas. O uso da área de forma indiscriminada compromete o equilíbrio ambiental regional; pois muitas vezes não respeitam os preceitos legais de conservação do solo, das reservas legais e do uso das áreas de preservação permanente (APP).

Outra iniciativa viabilizada pela RIB, foi a realização do Curso Reuso da Água, no período de 17 de junho a 3 de julho de 2008, ministrado pelo *Centre for International Agricultural Development Cooperation* (Cinadco), localizado no Kibutz Shefayim.

O governo de Israel enfatiza marcadamente a cooperação internacional com países em desenvolvimento em diversas áreas, tais como: treinamento e capacitação; desenvolvimento de projetos demonstrativos; pesquisa conjunta, transferência de conhecimentos e intercâmbio de especialistas. O foco do programa de cooperação internacional está centrado na capacidade instalada em Israel em termos profissionais, operacionais e sua experiência na agricultura, desenvolvimento rural, agrotecnologia e capacitação de recursos humanos.

A cooperação internacional é implementada, principalmente, considerando a relação governo-para-governo, assim como com organismos internacionais, institutos e organizações não-governamentais. Nesse contexto, ao longo das últimas cinco décadas o Estado de Israel, sob os auspícios do Ministério de Relações Exteriores e sua Divisão de Cooperação Internacional (Mashav), o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e o Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola (Cinadco), está ativamente envolvido na formulação e condução de programas de cooperação em desenvolvimento agrícola.

Esses programas estão baseados nos cursos internacionais de treinamento em temas agrícolas, ministrados em Israel. Também são realizados nos países interessados, nos projetos de pesquisa agrícola conduzidos conjuntamente, ou em projetos demonstrativos de *know-how* agrícola, incluindo treinamento e a aplicação de tecnologias adequadas e a publicação de material de ensino.

Desde 1958, Israel tem-se mobilizado em assistir os esforços globais na solução dos problemas associados à diminuição das áreas agricultáveis, da escassez dos recursos hídricos e depleção dos recursos naturais como um todo. Está, também, se associando a outros países no esforço de melhorar os métodos de assegurar a segurança alimentar, as práticas de produção, os serviços de apoio e a orientação para o desenvolvimento do agronegócio.

Ao todo, participaram do curso 25 brasileiros, pré-selecionados pelo Ministério da Integração, com atuação direta em áreas degradadas. Uma segunda etapa dessa capacitação deverá se repetir em 2009, em face dos exitosos resultados alcançados.





## As Comissões Gestoras e sua atuação no semiárido nordestino

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) do Ceará, juntamente com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), constituiu, em 2006, as Comissões Gestoras de Água, no semiárido nordestino.

As comissões têm como finalidade principal o controle colegiado das águas dos reservatórios e a democratização da gestão das águas dos açudes. Reúnem entidades públicas e a sociedade civil organizada. Já existem mais de 60 comissões gestoras em açudes localizados no semiárido nordestino. Só no Estado do Ceará são 18, representando 13 municípios cearenses, englobando mais de 19 mil beneficiados.

Pescadores e reideiros passaram a ser cogestores de uma política de recursos hídricos. As comunidades do entorno do açude do Cedro, no Ceará, puderam, a partir da comissão, reivindicar suas necessidades e dialogar com as instituições que atuam e administram o açude.

Foram realizados seminários de formação, posse das comissões e cursos de gestão ambiental, qualidade de água bruta e planejamento participativo, nos 18 açudes estudados pelo projeto, para discutir as ações a serem executadas para melhoria da relação entre o açude e a comunidade.

No ano de 2007, o IICA e o Dnocs promoveram, em Quixadá, um importante evento com os representantes do município, sindicatos, organizações sociais e consultores, para definir a lista de ações para preservação e revitalização do sítio histórico e do reservatório hídrico.

## 4.5 Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial

A RIB tem cooperado tecnicamente com o governo brasileiro na implementação da política nacional que apoia o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza rural desde uma perspectiva territorial.

O IICA no Brasil tem facilitado a aprendizagem contínua em dupla via: difundindo a experiência brasileira na formulação de estratégias, políticas e criação de capacidades locais de forma sustentável; apoio a programas e projetos; e utilizando experiências de outros países que podem ser úteis para o Brasil.

Nesse sentido, o IICA e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) firmaram, em março, um novo projeto de cooperação técnica (PCT).

O PCT visa ao aperfeiçoamento das estratégias, metodologias e instrumentos de atuação da SDT para promoção do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), de responsabilidade da secretaria. Terá vigência até o ano de 2012.

O IICA colaborou com a elaboração do Programa, a partir de 2003, facilitando o contato com diversas experiências no âmbito nacional, na América Latina e na Europa. O Programa visa beneficiar a população dos 160 territórios rurais existentes, chegando a mais de 31 milhões de habitantes.

Segundo o texto do Projeto, as mudanças pretendidas deverão potencializar o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios, integrando-a no processo geral de desenvolvimento regional e nacional, e servirá também de apoio à implementação do Programa Territórios da Cidadania, recentemente lançado pelo governo federal.

Em fevereiro o IICA, por meio do Fórum DRS, realizou um acordo com o Condraf para apoiar o Conselho e a SDT/MDA na formulação e instrumentalização de uma nova geração de políticas públicas de desenvolvimento rural, com enfoque territorial.

Para a consecução desse objetivo, foi preparado um programa de trabalho que será executado em 2008/2010 pelo IICA – Fórum DRS, abrangendo a formulação de proposições para os seguintes eixos temáticos estratégicos:

- I. proposições baseadas na análise comparativa de políticas públicas territoriais no Brasil e em outros países;
- II. proposições de políticas baseadas na análise das novas institucionalidades territoriais;
- III. proposições de gestão social dos territórios baseadas em boas práticas;
- IV. desenvolvimento de capacidades nos territórios, por meio de intercâmbios de experiências;
- V. proposta de marco jurídico/normativo para o desenvolvimento territorial;
- VI. proposições de sistemas de financiamento para projetos estratégicos territoriais.





O IICA, no âmbito do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS), realizou ao longo de 2008 as seguintes Jornadas Temáticas:

- I. Em Brasília: Desenvolvimento regional sustentável – Reflexões sobre a experiência do Banco do Brasil.
- II. Em Recife: Marco jurídico para o DRS – Projetos da Espanha e do México e a visão brasileira.
- III. Em Brasília: Marco jurídico para o DRS – Análise comparativa das iniciativas da Espanha, México, Guatemala e Colômbia e a perspectiva brasileira.
- IV. Em Brasília: As estratégias para construção de redes sociais para o desenvolvimento sustentável dos territórios.
- V. Em Brasília: Um sistema de gestão para os territórios de identidade.

No momento em que o mundo reconhece a importância da agricultura para a sustentabilidade da vida na terra, o lançamento da Câmara de Juventude Rural representa mais uma conquista. Resultado da parceria entre o IICA, Fórum DRS e a Rede de Fortalecimento Institucional do Jovem Rural, trata-se de um espaço de articulação e intercâmbio de ideias, conhecimentos e experiências.

No âmbito do contrato de cooperação técnica entre o IICA e a Fundação Banco do Brasil, constatam-se resultados significativos nas duas principais áreas de atuação:

- I. aperfeiçoamento conceitual e metodológico da estratégia de desenvolvimento regional sustentável (DRS) do Banco do Brasil e



- II. no aumento da qualificação dos planos negociais das Superintendências dos estados do Maranhão e Piauí. Esses resultados levaram à ampliação do contrato para assistência técnica ao aperfeiçoamento das ações de DRS, em especial dos planos negociais nos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará e Pernambuco.

Com o propósito de aumentar o escopo desse instrumento, foi assinado um contrato de cooperação financeira não-reembolsável com o BID/FUMIN, visando o aprimoramento da gestão das cadeias produtivas, da ovinocaprinoicultura, da apicultura e da piscicultura em territórios selecionados das Regiões Norte e Nordeste.

O IICA, por intermédio do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS), o Governo do Estado do Ceará e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) realizaram, em Fortaleza, Ceará, em novembro, o III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

Nessa edição, o tema principal dos debates foi: Modelos e Instrumentos para Gestão Social dos Territórios.

## 4.6 A introdução da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e a vida rural

Para dar continuidade à geração e utilização da pesquisa agropecuária com o objetivo de melhorar a competitividade e a qualidade das cadeias produtivas, a RIB, em parceria com a Embrapa, executou o “Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária (Agrofuturo)”.

O Programa tem por finalidade gerar e transferir conhecimento e tecnologia. Seu propósito consiste no fortalecimento das ações de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa em temas estratégicos e de sua infraestrutura física, laboratorial e de informação.

A RIB e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério das Ciências e Tecnologia (SECIS/MCT) assinaram, em abril, com a chancela da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) um projeto de cooperação técnica com vigência de quatro anos.

Esse é o primeiro projeto firmado entre as instituições e visa desenvolver ações que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Dentre os resultados esperados na execução do projeto destacam-se a popularização e difusão da ciência e tecnologia no espaço rural brasileiro e a utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos que favoreçam a inclusão social.

Os setores público e privado estão entre os beneficiários do projeto, que articulará parcerias com governos estaduais, prefeituras municipais, universidades, entidades estatais de assistência técnica e extensão rural, organizações sociais e cooperativas de agricultores familiares e sociedade civil organizada.



## Agrofuturo: inovação tecnológica e desenvolvimento da pecuária nordestina

Em 2006, o IICA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a chancela da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e financiamento do governo brasileiro e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assinaram um projeto de cooperação técnica para contratar consultores nacionais e internacionais para o Programa Agrofuturo.



O objetivo do Agrofuturo é desenvolver ações e atividades para melhorar o setor agropecuário brasileiro. Busca ainda fortalecer ações de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa em temas estratégicos e de infraestrutura física, laboratorial e de informação.

Os consultores podem ser contratados em todas as 39 unidades da Embrapa, de acordo com as necessidades surgidas. A contratação é feita pelo IICA, respeitando as normas do BID.

Nos últimos vinte anos, a consultoria do IICA facilitou o trabalho de resgate de raças nativas de caprinos e bovinos do Piauí, feito pela Embrapa Meio-Norte.

Em continuidade a esse trabalho, a Embrapa em São João do Piauí desenvolveu um trabalho de preservação da raça de gado Pé-duro. Pesquisas são realizadas com os dados já catalogados, além da avaliação feita da raça e da carcaça, do padrão racial e da resistência a parasitas e verminose.

A expectativa é de que os trabalhos realizados nas unidades possam ser utilizados em outros experimentos, nas diversas regiões do Brasil, podendo ter ainda o sêmen e embrião dos animais exportados para países vizinhos, Ásia e África.



## 5. Resultados da cooperação interagencial



## 5.1 ILPES – CEPAL

Destaca-se a parceria firmada entre a RIB e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), que vem a ser entidade especializada em planejamento econômico regional, integrante da estrutura da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O ILPES coordenou pedagogicamente cursos para a capacitação de agentes públicos e privados para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento regional, tanto em termos econômicos quanto sociais e políticos, transmitindo técnicas e métodos concretos de gestão, sem perder de vista o contexto da globalidade do processo de desenvolvimento nacional.

## 5.2 CIFOR

A Representação do IICA no Brasil desenvolve desde 2006 um projeto de cooperação técnica com o Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR), que tem como objetivo contribuir para o bem-estar da população da Amazônia, por meio do desenvolvimento de metodologias e técnicas, assim como o melhoramento, sistematização e disseminação do conhecimento sobre a gestão, manejo de uso múltiplo e sustentável das terras florestais.

## 5.3 OPAS

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) mantêm um Memorando de Entendimento para renovar sua aliança estratégica. O objetivo é promover a saúde e a prosperidade nas comunidades rurais das Américas.

O Plano de Ação que o IICA e a OPAS desenvolverão nos próximos anos inclui saúde animal, saúde pública, zoonoses, inocuidade dos alimentos, coordenação e facilitação da cooperação horizontal; mecanismos de planejamento, programação, monitoramento, evolução e gestão do desempenho.

## 5.4 WWC

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é membro oficial do Conselho Mundial da Água (WWC, sigla em inglês).

O Conselho Mundial da Água contribui para o avanço de temas relacionados com os recursos hídricos e atua como facilitador no debate e conscientização pública, nas políticas relativas às questões hídricas e na programação de ações efetivas.

Estabelecida em 1996, o WWC tem como membros mais de 300 organizações de 62 países, que facilitam a conservação eficiente, a proteção, o desenvolvimento à gestão e o uso da água de forma ambientalmente sustentável.

O WWC organiza eventos locais, regionais e global, enfatizando a interação entre todos os atores internos ou externos ao setor hídrico, desde os mais elevados níveis de decisão até o usuário final.

## 5.5 IIDAC

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) assinaram, no dia 29 de agosto, em Brasília, um acordo geral de cooperação técnica, que visa prospecção de novos parceiros para as instituições.

Entre os objetivos do Acordo está o de organizar, compor e manter uma câmara técnica de estudos e projetos no tema juventude, desenvolvimento rural sustentável e valores democráticos. A Câmara irá subsidiar os esforços do IICA no âmbito da missão estratégica junto ao sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA) e no mandato do IICA no Brasil e nas representações no hemisfério.







## 6. Resultados da cooperação técnica horizontal

**A** equipe técnica da RIB realizou, ao longo de 2008, missões de cooperação técnica horizontal, materializadas em iniciativas conjuntas de desenvolvimento rural com outras Representações do IICA, a seguir discriminadas:

### 6.1 Encontro de especialistas em desenvolvimento rural sustentável da Região Sul

Nos dias 24 e 25 de abril de 2008 reuniram-se em Assunção, Paraguai, os especialistas de desenvolvimento rural sustentável dos países da Região Sul. Os objetivos do evento foram:

- I. o intercâmbio de experiências entre os participantes;
- II. a preparação de uma agenda comum de trabalho entre os especialistas em 2008; e
- III. a criação de uma rede IICA para troca de informações e conhecimentos entre os especialistas em DRS.

Os principais resultados e compromissos assumidos no encontro foram:

- intercâmbio com os especialistas nacionais do IICA para conhecer a experiência brasileira em desenvolvimento territorial;
- sistematização das experiências dos países da Região Sul em boas práticas de gestão territorial;
- intercâmbios de experiências em gestão associativa de pequenos negócios rurais;
- intercâmbio de experiência em desenvolvimento de capacidades para gestão social dos territórios;
- elaboração de uma grade curricular para um curso regional de DRS com enfoque territorial.

## 6.2 Visita do representante e da administradora do IICA/Peru ao Brasil

A Representação do IICA no Brasil recebeu, nos dias 20 a 24 de julho de 2008, em sua sede, em Brasília, o representante e a administradora do IICA no Peru.

A visita teve como finalidade observar a estrutura técnica, administrativa, a gerência estratégica de projetos e a gestão da organização do clima de trabalho da RIB a partir do processo de reestruturação introduzido em 2004.

## 6.3 Apoio ao Serviço Sanitário do Paraguai em ações de gestão da estratégia e ajuste final do projeto de modernização do Senave

A Representação do IICA no Brasil recebeu dia 5 de agosto, em sua sede, em Brasília, representantes do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes do Paraguai (Senave, sigla em espanhol), para uma série de reuniões voltadas para ações de modernização daquela autarquia paraguaia. As atividades envolveram ações relacionadas com a revisão final do projeto de modernização do Senave, bem como a complementação da capacitação em gestão estratégica iniciada no mês de fevereiro naquele país.

A visita faz parte do apoio do IICA, mediante ação de cooperação entre os escritórios do Brasil e do Paraguai, a processos de modernização de Serviços Sanitários e de Inocuidade de Alimentos, por meio de metodologia que aplica de forma seqüenciada três módulos de trabalho:

- I. o instrumento Desempenho, Visão e Estratégia (DVE);
- II. capacitação em fundamentos conceituais e metodológicos em gestão estratégica; e
- III. elaboração participativa de um projeto de modernização do serviço, com a mobilização e participação da equipe do órgão.

Os objetivos do encontro foram a revisão final do projeto, que se encontra em nível de “perfil avançado”, e de fundamentos conceituais e metodológicos da gestão de estratégia, aplicando-os ao processo futuro de modernização do Senave.

## 6.4 Seminário para o fortalecimento da capacidade de cooperação técnica do IICA em Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)

Os especialistas em DRS da Representação do IICA no Brasil, Carlos Miranda e Breno Tiburcio, participaram do Seminário para o fortalecimento da capacidade de cooperação técnica do IICA em Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) realizado em Puenbo, no Equador, de 25 a 28 de novembro de 2008.



**Objetivos do Encontro:** fortalecer a capacidade técnica do IICA em processos de gestão de Desenvolvimento Rural Sustentável com enfoque territorial (DRS-ET); pensar o DRS com ET à luz da conjuntura atual dos processos de segurança alimentar; unificar conceitos a respeito do DRS com ET; intercambiar experiências e conhecimentos para a construção de uma rede hemisférica.

## 6.5 Missão técnica ao Haiti

Em dezembro a RIB participou de missão técnica no contexto da cooperação bilateral Brasil-Haiti que teve como foco a revitalização de fazenda do governo haitiano para estabelecer unidade de pesquisa e demonstração em *Fond des Nègres*.

Além do IICA no Brasil, participaram da missão integrantes do IICA no Haiti, do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR), da Embaixada do Brasil no Haiti, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A abrangência da missão técnica em apreço alcança temas relacionados com o cultivo, a engenharia e o fortalecimento institucional da unidade de pesquisa e demonstração de *Fond des Nègres*.

## 6.6 Capacitação internacional em gestão estratégica do desenvolvimento regional e local – Território da Trifronteira (Barracão/Paraná/Brasil – Bernardo de Irigoyen/Misiones/Argentina – Dionísio Cerqueira/Santa Catarina/Brasil)

No período de 4 a 22 de agosto de 2008, a RIB, em parceria com a ILPES/CEPAL, o Ministério da Integração Nacional e governos locais, promoveram o curso internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, que teve como foco de análise o Território da Trifronteira, que envolve os municípios de Barracão, no Paraná/Brasil, Bernardo de Irigoyen, em Misiones/Argentina, e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina/Brasil.

O curso, que envolveu a participação de 45 técnicos, teve como objetivo capacitar agentes públicos para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento local e regional, em termos econômicos, sociais e políticos, e transmitir técnicas e métodos concretos de gestão, sem perder de vista o contexto da globalidade do processo de desenvolvimento nacional.

Como produto final da capacitação, elaboraram-se subsídios norteadores para a construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Integrado do Território da Trifronteira (Barracão/Paraná/Brasil – Bernardo de Irigoyen/Misiones/Argentina – Dionísio Cerqueira/Santa Catarina/Brasil), com foco na redução das desigualdades regionais e melhoria da qualidade de vida da população.





## 7. Novas oportunidades para a cooperação técnica

**A** cooperação técnica entendida como um processo interativo, sem fins lucrativos, busca desenvolver capacidades de pessoas, instituições ou sociedades para desempenhar funções, resolver problemas e estabelecer e alcançar objetivos com foco no desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, o Projeto de Cooperação Técnica caracteriza-se pela promoção do desenvolvimento de capacidades técnicas, por intermédio do acesso e incorporação de conhecimentos, informações, tecnologias, experiências e práticas, em bases não comerciais e em todas as áreas de conhecimento, ou seja, são instrumentos de operacionalização da cooperação técnica, normalmente constituídos de um conjunto relativamente complexo de atividades que são executadas visando alcançarem-se objetivos específicos previamente definidos.

Entendendo que a institucionalidade que abriga, desenvolve e apoia o desenvolvimento rural sustentável no Brasil é complexa e envolve vários ministérios no âmbito do governo federal e várias outras instituições no plano regional e estadual, as contribuições dos Projetos de Cooperação Técnica para o reposicionamento da agricultura brasileira são fundamentais.

No caso do Brasil, merece especial destaque a contribuição dos recursos externos para a implementação da Agenda Nacional. Tal contribuição se materializa pelos Projetos de Cooperação Técnica (PCTs) que são chancelados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com base no Decreto Presidencial n. 5.151, de 22 de junho de 2004, e na Portaria MREX n. 717, de 9 de dezembro de 2006.

Em maior ou menor grau, todos os PCTs se vinculam às prioridades estratégicas do IICA e expressam as demandas específicas de seus principais parceiros em relação à Agenda Nacional. Dentre eles cabe destacar: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente e, mais recentemente, o Ministério das Minas e Energia e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Aos ministérios e suas instituições vinculadas somam-se alguns estados brasileiros (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná) e outras instituições vinculadas a movimentos sociais.

Cabe destacar o relacionamento com novas instituições para a realização de ações de cooperação técnica em conjunto. Nesse contexto, foram assinados os seguintes instrumentos de cooperação técnica:

- Acordo de Cooperação Técnica entre o IICA e CEPAL para provisão de assistência técnica na realização de curso de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Local e Regional em Pernambuco, Piauí, Minas Gerais, Santa Catarina e Ceará.
- Acordo Geral de Cooperação Técnica entre o IICA e o Instituto Internacional de Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC).
- Acordo Geral de Cooperação Técnica entre o IICA e o Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (Idestur).

O reconhecimento da Representação do IICA no Brasil à importância dos projetos de cooperação técnica materializa-se no atendimento específico prestado a cada instituição parceira, mais especificamente pela Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) e a Administração.

Em 2008 foram identificados, negociados e elaborados 14 novos PCTs, envolvendo recursos da ordem de R\$199,6 milhões. Dentre as principais oportunidades de cooperação técnica vislumbradas para 2008 pelo IICA junto ao governo brasileiro, destacamos as seguintes:

PCT	INSTITUIÇÃO NACIONAL EXECUTORA
Cooperação na modernização dos instrumentos de gestão para o fortalecimento institucional, técnico e operacional do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (PCT DNOCS 100).	Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS)
Acesso e uso da energia elétrica como fator de desenvolvimento de comunidades do meio rural brasileiro.	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)
Assessoramento Técnico na Implementação de Programas Socioambientais da Eletronorte.	Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)
Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e Proteção do Meio Ambiente	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/ DIPRO)
Estratégia de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no Âmbito do Programa Luz para Todos.	Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia (MME)
Projeto de Cooperação Técnica do PCPR II Fase II no Estado do Piauí.	Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí / Unidade Técnica (SEPLAN/PI)
Projeto de Cooperação Técnica para Aprimorar o Processo de Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável do Maranhão.	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Maranhão (SEAGRO/MA)
Projeto de Cooperação Técnica para contribuir na Consolidação das Políticas Nacionais do Desenvolvimento Regional, 2009-2012.	Ministério da Integração Nacional (MI)



PCT	INSTITUIÇÃO NACIONAL EXECUTORA
Projeto de Cooperação Técnica para Dinamizar o Processo de Desconcentração do Desenvolvimento Sustentável no Estado do Maranhão.	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão
Implementação de Estratégias e Ações de Prevenção, Controle e Combate à Desertificação, em face do Cenário de Mudanças Climáticas e Considerando o Plano Estratégico Decenal (2008-2018) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA (SEDR/MMA)
Projeto de Cooperação Técnica para Aprimoramento das Políticas de Educação Inclusiva no Meio Rural do Rio Grande do Norte	Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC)
Projeto de Cooperação Técnica para Aprimorar a Gestão de Políticas Fundiárias no Estado do Rio Grande do Norte	Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária (Seara)
Desenvolvimento da Capacidade Técnico-Institucional da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP) do Maranhão	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP) do Maranhão
Implementação do Sistema Nacional de Educação Ambiental como Estratégia de Consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental	Ministério do Meio Ambiente (MMA)





## 8. Atividades principais organizadas pelo IICA

Nome Oficial do Evento	Data de Realização	Lugar de Realização	Número de Participantes
Jornada Temática em DRS: Desenvolvimento Regional Sustentável – Reflexões sobre a experiência do Banco do Brasil	Março	Brasília-DF	80
Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local	24 de março a 11 de abril	Belo Horizonte-MG	50
I Simpósio sobre Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido Brasileiro	15 a 17 de abril	Petrolina-PE	200
Seminário para Consolidação de Propostas de Políticas para o Desenvolvimento da Mesorregião Sul-Fluminense - RJ	28 de abril	Rio de Janeiro-RJ	50
I Seminário Nacional de Combate à Desertificação	5 e 6 de maio	Brasília-DF	250
Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local	5 a 21 de maio	Teresina-PI	50
Curso para Agentes Comunitários de Apoio à Agricultura Familiar no Território	24 de maio a 21 de julho	Simplício Mendes-PI	50
Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local	26 de maio a 13 de junho	Recife-PE	50
Seminário “Riscos e Gestão do Seguro Rural no Brasil”	Junho	Campinas-SP	100
Jornada Temática em DRS: Marco jurídico para o DRS – Projetos da Espanha e do México e a visão brasileira	24 e 25 de junho	Recife-PE	50
II Seminário Luso-Brasileiro sobre Agricultura Familiar e Desertificação (II Semiluso)	25 de junho a 1º de julho	João Pessoa-PB	200

Nome Oficial do Evento	Data de Realização	Lugar de Realização	Número de Participantes
Jornada Temática em DRS: Marco jurídico para o DRS – Análise comparativa das iniciativas da Espanha, México, Guatemala e Colômbia e a perspectiva brasileira	1º de julho	Brasília-DF	50
Iniciativa Latino-Americana em Ciência e Tecnologia para Aplicação da UNCCD	7 a 9 de julho	Salvador-BA	100
Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local	7 a 25 de julho	Fortaleza-CE	50
Jornada Temática em DRS: As estratégias para construção de redes sociais para o desenvolvimento sustentável dos territórios	3 de agosto	Brasília-DF	60
Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local	4 a 22 de agosto	Chapecó-SC	50
III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial	5 a 7 de novembro	Fortaleza-CE	600
Jornada Temática em DRS: Um sistema de gestão para os territórios de identidade	3 de dezembro	Brasília-DF	40
Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no Mercosul e na União Europeia	3 a 5 de dezembro	Brasília-DF	800



<b>Videoconferências realizadas em 2008</b>	<b>Data de Realização</b>	<b>Países Participantes</b>	<b>Instituições do Brasil</b>
Información sobre los Avances de las Agrobiotecnologías en el mundo	11 de março	Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai e México	MAPA
Codex Alimentarius (IICA/FAO)	10 e 11 de junho	Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai	GGLI/ANVISA, DIPOA/MAPA, DFIP/SDA/MAPA, SEAP/PR, SEAP/PR, GPESP/ANVISA, DIPOV/SDA/MAPA, ABEF
Rastreabilidade Individual do Uruguai e Argentina	4 de agosto	Brasil, Uruguai e Argentina	MAPA
O papel da agricultura, ciência e tecnologia agrícola para o desenvolvimento	25 de setembro	México, Argentina, Brasil, República Dominicana e Peru	MAPA
“Bio-feria de Productos Orgánicos Miraflores (Lima, Peru)”	4 de dezembro	Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai	Sindicato dos Produtores Orgânicos (Sindiorgânicos) e Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF)





## 9. Lista de publicações

- **REVISTA COOPERAÇÃO TÉCNICA RIB**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Representação do IICA no Brasil  
**Nº de edições em 2008:** 08
- **PROGRAMA EM ÁUDIO “VOZES DO DESENVOLVIMENTO”**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Representação do IICA no Brasil  
**Nº de edições em 2008:** 12
- **BOLETIM ELETRÔNICO QUINZENAL DO FÓRUM PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Representação do IICA no Brasil  
**Nº de edições em 2008:** 23
- **AGRIBUSINESS ALERTS**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Representação do IICA no Brasil  
**Nº de edições em 2008:** 48
- **BOLETIM AGROALIMENTAR DO CONE SUL**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Representação do IICA no Brasil  
**Nº de edições em 2008:** 22
- **INFORME DE AGRONEGÓCIOS**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Representação do IICA no Brasil  
**Nº de edições em 2008:** 02
- **CADERNO DE ESTATÍSTICAS – AGRONEGÓCIO**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Representação do IICA no Brasil  
**Nº de edições em 2008:** 01
- **DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO BANCO DO BRASIL**  
**Data:** 2008  
**Autores:** Sérgio C. Buarque / Rejane Tavares  
**Projeto:** IICA Brasil

- **BOLETIM REGIONAL 6 – INFORMATIVO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

**Data:** 2008

**Autor:** Ministério da Integração Nacional

**Projeto:** IICA / Min. Integração Nacional

- **BOLETIM REGIONAL 7 – INFORMATIVO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

**Data:** 2008

**Autor:** Ministério da Integração Nacional

**Projeto:** IICA / Min. Integração Nacional

- **FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO FNO FNE FCO**

**Data:** Dezembro / 2007

**Autor:** Ministério da Integração Nacional

**Projeto:** IICA / Min. Integração Nacional

- **ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO AGROPECUÁRIO: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA**

**Data:** 2008

**Autores:** Antônio Márcio Buainain, Maria Gabriela González, Hildo Meirelles de Souza filho, Adriana Carvalho Pinto Vieira

**Projeto:** IICA / UNICAMP

- **TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO – ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS**

**Data:** 2008

**Organizadoras:** Carmen Lucia Bezerra Machado; Christiane Senhorinha Soares Campos; Conceição Paludo

**Projeto:** IICA / NEAD

- **PROJETO ÁRIDAS GUIA DE PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Data:** 2008

**Organizador:** Sean E. Mckaughan

**Projeto:** IICA/ PAN Brasil / MIN / MMA

- **MULHER NA REFORMA AGRÁRIA – A EXPERIÊNCIA RECENTE NO BRASIL**

**Data:** 2008

**Autor:** IFCH - UNICAMP

**Projeto:** IICA / NEAD

- **RURIS REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS RURAIS**

**Data:** 2008

**Organizadoras:** Adriana L. Lopes e Andrea Butto

**Projeto:** IICA / NEAD

- **REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO – DESAFIOS E RUMOS DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS**

**Data:** 2008

**Organizadores:** Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante; Dulce Consuelo Andreatto Whitaker

**Projeto:** IICA / NEAD

- **MUNDO RURAL IV – CONFIGURAÇÕES RURAL-URBANAS: PODERES E POLÍTICOS**  
**Data:** Dezembro / 2007  
**Organizadores:** Eli Napoleão de Lima; Nelson Giordano Delgado; Roberto José Moreira  
**Projeto:** IICA / NEAD
- **O CAMPO EM DEBATE – TERRA, HOMENS, LUTAS**  
**Data:** 2008  
**Organizadoras:** María Verónica Secreto; Maria José Carneiro; Refina Bruno  
**Projeto:** IICA / NEAD
- **MUNDO RURAL BRASILEIRO – ENSAIOS INTERDISCIPLINARES**  
**Data:** 2008  
**Organizadores:** Luiz Flávio de Carvalho Costa; Georges Flexor; Raimundo Santos  
**Projeto:** IICA / NEAD
- **METODOLOGÍA DE EVALUACIÓN DEL IMPACTO Y DE LOS RESULTADOS DE LOS PROYECTOS DE COOPERACIÓN TÉCNICA**  
**Data:** 2008  
**Autores:** Carlos Henrique Guanzirolí; Antonio Marcio Buainain; Hildo Meirelles de Sousa Filho  
**Produção:** IICA BRASIL
- **METODOLOGIA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES DE MERCADO EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS**  
**Data:** 2008  
**Autores:** Carlos Henrique Guanzirolí; Antonio Marcio Buainain; Hildo Meirelles de Sousa Filho  
**Produção:** IICA BRASIL
- **REVISTA IDEAS – INTERFACES EM DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE- VOLUME 01, NÚMERO 01**  
**Data:** Dezembro 2007  
**Editores:** Olavo Carneiro; Pedro Caminha  
**Projeto:** IICA / NEAD
- **A IRRIGAÇÃO NO BRASIL – SITUAÇÃO E DIRETRIZES**  
**Autor:** Ministério da Integração Nacional  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / Min. Integração Nacional
- **PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MÉDIO OESTE – DIAGNÓSTICO VOLUME 1**  
**Data:** 2008  
**Autores:** Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças; Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais – Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
**Projeto:** IICA / PCPR-RN
- **PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MÉDIO OESTE – PROGRAMAS E PROJETOS VOLUME 02**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – Rio Grande do Norte  
**Projeto:** IICA / IDEMA



- **UTOPIAS AGRÁRIAS**  
**Data:** 2008  
**Organizadores:** Heloisa Maria Murgel, Henrique Estrada Rodrigues, Marcela Telles  
**Projeto:** IICA / NEAD
  
- **TERRA, PODER E TERRITÓRIO**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Roberto José Moreira  
**Projeto:** IICA / NEAD
  
- **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMPO - POLÍTICAS PÚBLICAS – EDUCAÇÃO**  
**Data:** 2008  
**Organizadora:** Clarice Aparecida dos Santos  
**Projeto:** IICA / NEAD
  
- **MEMÓRIAS DA LUTA PELA TERRA NA BAIXADA FLUMINENSE**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Bráulio Rodrigues da Silva  
**Organizador:** Leonilde Servolo da Medeiros  
**Projeto:** IICA / NEAD
  
- **BIOSSEGURANÇA E PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO – O CASO DA FRANÇA E DA UNIÃO EUROPÉIA**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Gilles Ferment  
**Projeto:** IICA / NEAD
  
- **SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS – VOLUME 8**  
**Data:** 2008  
**Autor:** Tânia Bacelar... et al.  
**Organizadores:** Carlos Miranda e Breno Tiburcio  
**Projeto:** IICA / Fórum DRS
  
- **PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL – FORMAS TUTELADAS DE CONDIÇÃO CAMPONESA – VOL. 1**  
**Autor:** Delma Pessanha Neves; e Maria Aparecida de Moraes Silva (Orgs.)  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / NEAD
  
- **FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA: VISIBILIDADE E DIVERSIDADE DE CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA E RESISTÊNCIA NOS BRASIS – VOL. 1**  
**Autor:** Márcia Motta; e Paulo Zarth (Orgs.)  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / NEAD
  
- **A INSERÇÃO DO TEMA AGRÁRIO NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO**  
**Autor:** Carlos Henrique Goulart Árabe  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / NEAD

- REVISTA ESPAÇO REGIONAL – OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O BRASIL QUE POUCOS CONHECEM - ANO III – Nº 03 – NOVEMBRO/2008**

**Autor:** Secretaria de Programas Regionais – Ministério da Integração Nacional  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / Ministério da Integração Nacional
- ESTUDOS DE REORDENAMENTO AGRÁRIO N.º 2 – AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO – PERFIL DE ENTRADA DA LINHA DE FINANCIAMENTO COMBATE À POBREZA RURAL**

**Autor:** Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / Ministério do Desenvolvimento Agrário
- ESTUDOS DE REORDENAMENTO AGRÁRIO N.º 3 – AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROJETO CÉDULA DA TERRA**

**Autor:** Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / Ministério do Desenvolvimento Agrário
- ESTUDOS DE REORDENAMENTO AGRÁRIO N.º 4 – PROGRAMA CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL – PERFIL DE ENTRADA DOS AGRICULTORES E CAPACIDADE OPERACIONAL DAS INSTITUIÇÕES**

**Autor:** Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / Ministério do Desenvolvimento Agrário
- POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O QUE TEMOS A VER COM ELA? – A CONTRIBUIÇÃO DA PNDR PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL DE TODAS AS REGIÕES.**

**Autor:** Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – Ministério da Integração Nacional  
**Data:** 2008  
**Projeto:** IICA / Ministério da Integração Nacional





**INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA A AGRICULTURA**  
Representação do IICA no Brasil

**w w w . i i c a . o r g . b r**

SHIS QI 3, lote A, bloco F, Centro Empresarial Terracota, 71605-450 - Brasília/DF  
fone: +55 (61) 2106.5477, fax: +55 (61) 2106.5459, e-mail: [iica.br@ica.int](mailto:iica.br@ica.int)